



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 13 de novembro de 2015 às 09h00min

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 122ª (centésima vigésima segunda) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr (senhor) Ricardo Rodrigues de Carvalho, 1º (primeiro) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. José Roberto Silva, 2º (segundo) Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Junior, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Danilo Porto Campos, Titular da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Major André Márcio Alves Rodrigues, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sra (senhora) Ivone Maria Carvalho Rocha, 2ª (segunda) Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA); Sr. Licínio Eustáquio Mol Xavier, 2º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Sra. Dora Marques Peres Drummond, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos, Titular da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Gervânio Luiz Pereira, 2º Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da ONG Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Alexander Martin Silveira Gimenez, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). RICARDO (PRESIDENTE): Vamos dar início à nossa reunião. Pedir aos Conselheiros que tomem seus lugares. Vamos dar início então, eu declaro aberta a pauta da 122ª (centésima vigésima segunda) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na data do dia 13 de novembro de 2015, às 09 horas na sede Regional do SISEMA, na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia. Eu vou convidar a todos para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.** Vamos agora ao item **3. Comunicado dos**



Conselheiros e Assuntos gerais. Eu queria fazer uma comunicação aqui, na reunião passada a pauta da 121ª RO foi Baixado em Diligência o item 6.1 – Britagem São Salvador Ltda, esse processo não está voltando à pauta porque o empreendedor pediu o arquivamento do processo e o processo já foi arquivado. Fazer também aqui um comunicado, nós tivemos o falecimento do nosso Conselheiro Flávio José Froes de Oliveira, que era representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), ocorrido agora no último dia 21 de outubro. Foi pedido também uma palavra e eu vou abrir a palavra à Sra Sebastiana Galante, ela é representante do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio, em Ranchinho. D. Sebastiana, a senhora pode fazer uso da palavra, por gentileza. O Projeto de Assentamento é no Município de Campo Florido. SEBASTIANA GALANTE: Quero cumprimentar, bom dia Autoridades, bom dia Auditório. Meu nome é Sebastiana Galante, sou do Assentamento chamado Nova Santo Inácio, Ranchinho, no Município de Campo Florido. Estou aqui para fazer um Comunicado, trazer um informe, uma denúncia sobre algo que está acontecendo no Município de Campo Florido, mais precisamente no Assentamento Nova Santo Inácio, no Ranchinho. Nós estamos sofrendo de uns anos para cá, com um inseto que está prejudicando o nosso rebanho, que é chamado, ela tem o nome de Mosca do Estábulo, ela tem o nome assim mais popular dela. Só que de alguns anos para cá, depois que a Usina Coruripe que é vizinha lá do Assentamento, está trabalhando lá é que começou a proliferar esse inseto, essa Mosca. Já foi detectado que essa Mosca vem do dejetos de uma vinhaça que sai de uma tubulação que a Usina joga e esse mosquito está prejudicando muito, inclusive tem pequenos proprietários que vive da pecuária, que está abandonando a ponto de abrir mão do gado por conta do prejuízo que está tendo sobre esse inseto, está prejudicando muito. Nós tentamos negociar com a Usina, já foi feito algumas conversas, algumas reuniões, inicialmente diziam que era para jogar cal nos currais, que era nos currais que estava tendo, foi feito esse processo, nada adiantou; depois eles começaram a jogar um veneno lá, esse veneno ao invés de resolver a situação ele estava era prejudicando a saúde de algumas crianças lá com alergia. A gente já tentou de todas as formas negociar, conversar e não foi possível, a única forma que nós encontramos de conversar, de fazer com que eles nos ouvissem foi que no último dia 28 a gente fez uma paralisação numa estrada que tem acesso a Usina, onde passa os carregamentos e nessa paralisação foi possível a gente chamar a Polícia Ambiental, Polícia Militar do Meio Ambiente, que foi lá e fez o Boletim de Ocorrência, foi nos locais e detectou irregularidade mesmo, nos locais onde tem os canais das vinhaças e foi através daí que a gente começou, onde a gente está aqui para fazer essa denúncia, para trazer esse informe aqui e pedir para as Autoridades que estão presentes aqui, das Autoridades competentes, que defendem o Meio Ambiente, para que façam alguma coisa, para que nos apoiem. Nós já fizemos uma carta, assinada, eu estou aqui representando o Sindicato da Agricultura Familiar, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e tem alguns pecuaristas que está me acompanhando para estar testemunhando esse informe aqui. Então, a gente está pedindo aqui que tem que ser feita alguma coisa. Essa Mosca não está mais só no gado, já está prejudicando animais domésticos, cachorro. Eu tenho aqui algumas fotos, um filme, não foi possível, eu pensei de passar ali para estar projetando, mas não foi possível porque a gente não veio preparado. Só que eu tenho algumas fotos aqui, vocês podem estar vendo que ela está prejudicando não é só o gado. Hoje, nós temos pessoas que estão sendo, com licença. Essa foto aí é uma vaca que está com um pequeno esfoladinho na maminha, que está sendo destruída. Bezerro recém-nascido, que acaba de nascer ela ataca de uma forma a ponto de matar o animal. Pessoas, está pegando pessoas, nós temos gente acamado lá que as moscas estão atacando. Então, está uma situação insustentável. Então, a gente está aqui para dar esse recado, para levar isso a público, ao conhecimento da população e pedir às Autoridades, nós temos aqui o Dr. Carlos Valera, acho que ele já tem conhecimento dessa situação. Então, a gente já tem contato lá com ele, já foi



99 cobrado várias coisas que é de nossa responsabilidade, de nosso dever, que foi a questão da
100 APP's, cumprimos na íntegra, agora está se cobrando que a gente faça as fossas sépticas e nós
101 vamos cumprir. Esperamos que cumpram também com o dever de nos proteger, de defender
102 os nossos direitos, que nós temos nossas vacas, de tirar a nossa produção de leite lá de dentro,
103 de nós vivermos lá e não termos que entregar de novo a nossa terra, a nossa produção, por
104 conta de irresponsabilidade de uma empresa que está ali do lado e que pode fazer sim algo e
105 que não está fazendo. RICARDO (PRESIDENTE): D. Sebastiana, nós temos um prazo
106 regimental, as informações, a denúncia da senhora está registrada, eu tenho certeza que os
107 órgãos competentes vão tomar as providências, o Ministério Público aqui representado pelo
108 Dr. Carlos. Muito obrigado pela participação. SEBASTIANA GALANTE: Eu é que agradeço.
109 RICARDO (PRESIDENTE): Vamos continuar então com o Comunicado dos Conselheiros.
110 RUI RAMOS (FIEMG): Bom dia. Eu queria passar aos senhores Conselheiros que eu
111 conheço do assunto. Na realidade, a Mosca, eu hoje sou Prefeito de Pirajuba, ali próximo da
112 Unidade e conheço bem a situação. Na realidade, esse problema não veio com a chegada da
113 Usina; a Usina fez a primeira safra lá em Campo Florido no ano de 2002 e nós estamos no ano
114 de 2015 e esse problema ele se acentuou nos últimos 03 anos, coincidentemente com o
115 término da queima da cana. O término da queima da cana, que foi um grande ganho
116 ambiental, todos nós sabemos, isso foi fartamente discutido e Minas Gerais foi pioneiro,
117 erradicou praticamente o problema da queima da cana, Minas Gerais antes até mesmo que
118 outros Estados, como São Paulo, e isso trouxe alguns problemas. A hora que a palha da cana
119 fica no chão e vai se acumulando de um ano a outro você cria um ambiente propício a uma
120 multiplicação, às vezes até descontrolado, de uma Mosca que já existia, conhecida como
121 Mosca do Estábulo, ela existe principalmente aonde tem gado e ela realmente vem se
122 multiplicando, às vezes e dependendo se tem mais ou menos umidade, principalmente nas
123 áreas de colheita mecanizada, sem queima e principalmente quando você irriga com vinhaça
124 em cima dessa palha, você cria um ambiente propício para a multiplicação dessa Mosca. Esse
125 problema não é só lá de Campo Florido, esse problema está no Brasil todo, e em algumas
126 mais acentuadas do que outras, dependendo das condições climáticas, o setor está preocupado,
127 inclusive ontem, eu tive notícia, o SIAMIG (Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de
128 Minas Gerais) promoveu aqui em Uberlândia, uma reunião com técnicos da EMATER, alguns
129 especialistas, isso já vem sendo discutido a muito tempo, já se tomou algumas providências de
130 manejo, tem algumas Usinas ali na região de Frutal, por exemplo, a Usina Cerradão, que eu
131 tenho conhecimento, inclusive tem pedido autorização para queimar a palha depois da
132 colheita. Veja que absurdo, você não queima a cana para colher, corta a cana crua, a palha fica
133 no chão, mas depois para você eliminar um problema que você está tendo com essa Mosca,
134 você está sendo obrigado, em algumas regiões com mais gravidade, a queimar a palha depois
135 da colheita. Indo na contra-mão do ganho ambiental que nós tivemos com essa não queima.
136 Está certo? Então, é um problema, ela tem razão, é preocupante, eu estou ali próximo e
137 presenciei alguns fatos, tem anos que é mais ou menos acentuados, mas vocês podem ter
138 certeza que o Setor como um todo, coordenado pelo SIAMIG, inclusive eu estou vendo ai o
139 Jadir, que é responsável pela área ambiental do SIAMIG está ai, então, estão preocupados,
140 estão promovendo, está ai também o Dr. Sílvio Ortega, Presidente da Usina Vale do Tijucu
141 também. E também estão preocupados e estão tomando as medidas necessárias. RICARDO
142 (PRESIDENTE): Ok. José Roberto. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Bom dia a todos
143 primeiramente. O que a D. Sebastiana disse realmente é uma realidade. Eu tenho 11 anos de
144 SUPRAM, começou lá na Usina Frutal que era um foco maior, que o IMA, por questão
145 sanitária, estava autorizando a queima da palha. O Dr. Alam fez uma reunião com a
146 Promotoria e a Procuradoria Federal a respeito disso e o IMA também. A partir desse
147 momento foram colocadas a Condicionante para a Usina, estão todas as Usinas Condicionadas



a resolver o problema, porque realmente o que o Dr. Rui disse é uma realidade, só que foi mecanizado, foi; se for aplicada muita vinhaça cria um ambiente propício à Mosca, que é material orgânico, ela se multiplica por baixo da palha, principalmente nos gomos da cana. Então, a Usina Frutal impermeabilizou os canais principais, houve uma melhora. A Usina Cerradão está fazendo a colheita da palha, tentando diminuir a palha, fazendo fenos para energia, para gerar energia elétrica. Então, essas soluções, contratou especialista no Rio de Janeiro, só que a Mosca, o que acontece? Eu não sou Engenheiro Agrônomo, sou Engenheiro Químico, mas a Mosca, o que acontece? O que ela disse é uma realidade, na prática ela está vendendo, mas o que? A Mosca vai tomando muito inseticida, igual ser humano tomando muito antibiótico, ele vai às vezes criando uma certa e não adianta mais tomar antibiótico. Então, é a mesma coisa o caso da Mosca, se vai aplicar um inseticida resolve no momento atual e depois ela vem com força de novo. Então, isso é um procedimento que estão em todas as Condicionantes das Usinas, e o que o Dr. Rui disse é uma realidade, o Sindicato tem que resolver o problema, porque a queima não é uma solução, seria a última das soluções. Então, hoje tem osmose reversa que você pode pegar e deixar só o adubo da vinhaça, seco, sem a água, que seria uma prática viável para as Usinas, não sei em quanto tempo, certo? Então, isso tem que ser resolvido e é Condicionante do COPAM para o Setor Sucroalcooleiro, que começou, se eu não estou enganado Dr. Carlos, foi em 2007/2008 que começou a ter, era um foco que ficava em Frutal e depois agora, que a Dr. Sebastiana trouxe, a gente foi fazer uma vistoria, eu e o Rodrigo, em Iturama, e eles tem o mesmo problema, está se espalhando. Eles estão indo nos pecuaristas, fazendo um acompanhamento e não está adiantando. Então, é um problema que está se tornando sério e teria que participar o Sindicato de Açúcar, o SIAMIG, junto com a SUPRAM e fazer no caso para resolver o problema, que ela tem toda razão. RICARDO (PRESIDENTE): Muito obrigado José Roberto. Mais algum Comunicado? Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos. D. Sebastiana, eu vou lhe fazer uma pergunta, foi lavrado uma ocorrência dessa situação, pela Polícia de Meio Ambiente? SEBASTIANA GALANTE: Foi. Lá na estrada eles chegaram lá e lavraram a ocorrência. CARLOS VALERA (PGJ): Ah, então está bom. Essa ocorrência é encaminhada para o Ministério Público, eu vou falar com a Promotora local que é a Dra. Claudine. Nós vamos instaurar um inquérito civil e aproveitando aqui a sugestão do Dr. Rui, a fala do Zé Roberto, eu vou marcar uma reunião com o SIAMIG, até o Jadir está aí atrás da senhora, para nós tentarmos achar a melhor solução. Mas, fica absolutamente à vontade de nos procurar lá em Uberaba, na Sede do Ministério Público, para que nós possamos adotar as medidas que a Comunidade lá espera e precisa. SEBASTIANA GALANTE: Eu só quero agradecer aqui e conto com mesmo com essa colaboração, porque a coisa está ficando insuportável e a gente vai procurar sim doutor, pode ter certeza. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não. JADIR (SIAMIG): Bom dia a todos. O assunto de fato é preocupante, o Dr. Carlos tem acompanhado todos os casos, Dr. Alam lá em Frutal, onde começou, onde tivemos os primeiros casos. A gente tem alguma coisa que ficou desconhecida com o Assentamento, porque a Usina tem um relacionamento muito bom com o Assentamento, são parceiros da Usina. Então, diante dessa situação, dessas explosões, desses focos que vem acontecendo, a gente descobriu, por uma consulta à EMBRAPA, técnicos da EMBRAPA, onde há expertise no Brasil para a Mosca do Estábulo, que já vai se associando à nossa atividade e descobrimos que o tracto separado, tem um foco aqui você corre ali e apaga aquele incêndio, apaga o outro, a gente está preparando para ter uma ação integrada e coletiva, e essa ação não basta ser integrada entre as Usinas, a gente tem que ter integrada com a Usina e os criadores da região, porque é aquela teoria, não se acaba com o carrapato matando a vaca, nós não vamos acabar com o problema, o problema está aí, é coisa que existia, mas nós temos que aprender regras de convivência para com isso. Já tivemos reunião ontem com todos os técnicos das Usinas, com uma



especialista que a EMBRAPA nos enviou lá do Mato Grosso e vamos tratar para que no momento da entressafra que está aproximando a gente preparar para que na próxima safra a gente já tenha solução e vamos tratar diretamente com todos os atores que estão sendo envolvidos. Então, temos ciência, o problema poderá ser muito mais sério do que está se apresentando, é uma situação de Brasil mesmo e o que nós estamos buscando agora é todo mundo puxar a corda para o mesmo lado e essa é a nossa posição. Se traz alguma tranquilidade de que a gente tem o conhecimento e estamos tomando as providências, não de quem acha alguma coisa, eu acho que isso resolve, eu acho que aquilo resolve, nós estamos buscando uma consultoria de onde está o saber do problema que é junto à EMBRAPA do Mato Grosso e vamos trazer respostas aqui das medidas do que estamos fazendo para evitar novos surtos e atacar imediatamente os novos surtos que venham aparecer, para realmente minimizar o que a D. Sebastiana coloca, realmente não tem como negar, é um fato que a gente tem que trabalhar para a gente minimizar. Viu D. Sebastiana, pode estar tranquila que eu vou me encarregar de estabelecer um contato lá com a Comunidade, de fazer um elo de ligação da Comunidade com a Usina, porque algum mal entendido ocorreu já que as relações entre o Assentamento e a Usina sempre foi exemplar. Então, muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Frei Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Acredito que antes de nós iniciarmos nossos trabalhos, o momento que nós estamos vivendo, aqui Conselheiros do COPAM, acho que todos aqui que tenham interesse ambiental, mas todos nós aqui como Seres Humanos, eu acho que nós poderíamos fazer pelo menos alguns minutos de silêncio em solidariedade aqueles que perderam suas vidas, aqueles que estão desaparecidos e todos os atingidos ao longo de toda essa extensão que vai de Minas até o Espírito Santo, devido ao rompimentos das Barragens da Vale e BHP Billiton, para que a gente possa, primeiro como Ser Humano se solidarizar e pensar um pouco em que tipo de modelo de desenvolvimento, em que tipo de sociedade que a gente quer viver e que a gente quer deixar para as gerações futuras; e que tipo de pessoas nós estamos educando para que esse planeta no futuro possa continuar coexistindo conosco. Queria pedir só alguns segundos de silêncio. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado ao Frei Rodrigo. Eu tenho aqui também a inscrição da Sra. Edilene Marota, me parece que ela quer fazer um convite de um evento. EDILENE MAROTA: Bom dia senhores Conselheiros, bom dia a todos. Eu sou Chefe do Escritório Regional do IEF aqui no Triângulo Mineiro. Eu venho convidar a todos para participarem do I Encontro Mineiro sobre o Javali Asselvajado que o IEF está promovendo e ocorrerá nos dias 24 e 25 de novembro e conta com a participação de especialistas, de pesquisadores da área. Haverá um ciclo de Palestras do IBAMA, do ICMBio, do Exército, de profissionais que atuam nessa área e posteriormente haverá uma mesa redonda para discutir os principais impactos socioambientais do javali aqui no Estado de Minas, de onde nós pretendemos elaborar um plano de ação que vai subsidiar o manejo e a gestão desses animais aqui na nossa região principalmente e abrangendo todo Estado. Então, fica aqui o convite a todos, vocês podem encontrar maiores informações e as inscrições podem ser realizadas através do blog “Parque estadual do Pau Furado”. Nós deixamos afixados aqui do lado de fora alguns cartazes que tem esses dados para que vocês possam se inscrever. Obrigada. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Edilene. Mais alguma manifestação dos nossos Conselheiros? Pois não Licínio. LICÍNIO (AMM): Bom dia a todos, Sr. Presidente Ricardo, demais Conselheiros, eu sou uma figura hoje estranho no ninho. Eu represento a Associação Mineira dos Municípios (AMM), quem deveria estar aqui hoje deveria ser o Prefeito do Município de Uberlândia ou o Secretário. Razões outras eu fui convocado em Belo Horizonte, em caráter emergencial para aqui estar. Me orgulha muito de estar com os senhores aqui. Nós da Associação Mineira dos Municípios representamos 850 Municípios Mineiros e temos assento junto com o Ministério Público, junto com a FIEMG, mais outras Entidades, mas das



SUPRAM's meu ponto de atuação se torna mais em Belo Horizonte, na SUPRAM Central por questões de custo e de morar em Belo Horizonte, essa é a primeira sinalização que eu quero fazer com os senhores. A segunda deixei, tomei a liberdade, credenciada aqui pelo nosso Presidente, uma Revista da Associação, a última que saiu agora recentemente, já estamos saindo para 10.000 publicações bimestrais. Acredito que essa Revista seja de interesse coletivo, que trata de assuntos outros dos Municípios. Uma terceira, Sr. Presidente, eu tenho uma vivência no órgão ambiental desde 2000 quando eu prestei um serviço terceirizada na área de metalurgia para a FEAM, entre 2000 e 2007; em 2008 criei a área de Meio Ambiente para a Associação dos Municípios e para o Sindicato da Construção Pesada, onde me coloco e me mantenho até hoje. Os Pareceres, quer queira quer não, eu tenho que ter acesso em função de ser Conselheiro das SUPRAM's e quero fazer um elogio público aos jovens aqui da SUPRAM, apesar de não ter muita familiaridade com as tipologias e empreendimentos relacionados aqui na pauta, eu tive a competência ontem e anteontem em casa, de ler com cautela todos os processos que eu tinha habilidade, apesar de não ser minha habilidade esse tipo de tipologia que ocorre aqui na região, suinocultura, bovinocultura, a nossa região tem um outro tipo de vertente, mas os Pareceres muito consistentes, muito bem elaborados, que me garantem, me dão garantia de, se necessário for, fazer algum manifestação aqui no Conselho. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Muito obrigado Licínio. Bem, vamos dar início então ao exame dos processos propriamente dito. Antes disso, a gente faz o item **4. Exame da Ata da 121ª RO de 09/10/2015**. Colocando aqui a Ata para aprovação, da nossa última reunião. SIDNEY (SEDRU): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Está registrada a abstenção. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Registrado também abstenção, Guilherme. LICÍNIO: Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): E do Sr. Licínio, da AMM. Com isso então, tem a Ata. Pois não. CLÁUDIO (CODEMA): Abstenção. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção com relação à Ata, porque eu não estava presente. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Registradas então as abstenções, nós temos a Ata da 121ª RO aprovada. Vamos passar então ao Item **5. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação**. A gente vai fazer a leitura de todos os itens, fazer os destaques, como de praxe, depois a gente vota os processos sem destaque em bloco, voltando item por item com os destaques apontados. Bom, item 5.1 Genésio Carvalho Diniz / Fazenda Cruzeiro da Serra - Avicultura de corte e reprodução e Suinocultura (crescimento e terminação) - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 37598/2014/001/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Parece que nós temos uma manifestação ali do Rodrigo. RODRIGO (CREA): Destaque. CLÁUDIO (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Eu vou pedir a todos que se manifestem para utilizar o microfone para a gente poder gravar. LICÍNIO (AMM): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Item 5.2 Jerônimo Gonçalves de Jesus e Outro / Fazenda dos Martins, lugar denominado córrego do Gordura - Avicultura de corte e reprodução; culturas anuais, excluindo a oleicultura e criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Uberlândia /MG - PA/Nº 50177/2004/003/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. LICÍNIO (AMM): Destaque. RODRIGO (CREA): Destaque. CLÁUDIO (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 5.3 Narci Camilo de Souza / Fazenda Quilombo - Cafeicultura - Araguari/MG - PA/Nº 07756/2004/002/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. LICÍNIO (AMM): Destaque. RODRIGO (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 5.4 Hivonélio de Almeida Gaio / Fazenda Nova Canaã - Avicultura de corte e reprodução - Araguari/MG - PA/Nº 19616/2011/003/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. RODRIGO (CREA): Destaque. Item **6. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação**: 6.1 Galvani Indústria, Comércio e



Serviços S/A - Fabricação de ácido fosfórico associada à produção de adubos e fertilizantes, fabricação de ácido sulfúrico a partir de enxofre elementar, fabricação de produto intermediário para fins fertilizantes, outras formas de tratamento ou disposição de resíduos não listados ou não classificados, produção de energia termoeletrica, exclusive gás natural e biogás - Serra do Salitre/MG - PA/Nº 14295/2009/002/2015 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item nós temos um destaque pautado da SUPRAM. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Destaque. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. MAJOR ANDRÉ MÁRCIO (POLÍCIA AMBIENTAL): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7. **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação:** 7.1 Soma Ambiental Ltda. - Transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I - Uberaba/MG - PA/Nº 08233/2011/009/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. RODRIGO (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.2 Valério Espíndula Ribeiro e Outro / Sítio Três Corações - Avicultura de corte e reprodução - Uberlândia/MG - PA/Nº 00981/2013/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item 7.2 nós já temos um destaque da SUPRAM. RODRIGO (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7.3 Abafril - Abatedouro e Frigorífico de Aves de Ituiutaba - ME - Abate de animais de pequeno porte (aves, coelhos, rãs, etc) - Ituiutaba/MG - PA/Nº 21970/2005/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 8. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - Ampliação:** Item 8.1 Usina Vale do Tijuco Açúcar e Alcool S.A - Fabricação e refinação de açúcar, destilação de álcool e produção de energia termoeletrica - Uberaba/MG - PA/Nº 02327/2007/007/2012 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. Nós faremos uma troca do item 8.1, nós votaremos o Item 10.2 antes do Item 8.1. Eu seguir na leitura para que fique mais adequado, é o mesmo empreendedor, fica mais adequado fazer a votação do Item 10.2 antes do Item 8.1. Item 9. **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:** Item 9.1 Eliane Franco Sousa, esse processo está sendo retirado de pauta a pedido da SUPRAM. Eu estou sendo informado que o Parecer parece que nem foi disponibilizado. Então, está sendo retirado de pauta o Item 9.1. Item 9.2 Cerâmica Art Plan Ltda. EPP / Fazenda Buriti - Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha - Coromandel/MG - PA/Nº 3963/2005/003/2014 DNPM 834.139/2006 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 9.3 Indústria Cerâmica Minas Ltda. EPP / Fazenda Buriti - Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha - Coromandel/MG - PA/Nº 28388/2011/002/2014 DNPM 830.242/2007 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. LICÍNIO (AMM): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 9.4 Maria Anna Penariol Souza e Outros / Fazenda Aldeia - Suinocultura (crescimento e terminação) - Prata/MG - PA/Nº 13978/2005/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. 9.5 Madeflora Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. - Desdobramento de madeira - Sacramento/MG - PA/Nº 09533/2004/002/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Item 9.6 NAQ Global Fertilizantes Ltda. - Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados - Delta/MG - PA/Nº 25434/2012/007/2015 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item nós temos também um destaque da SUPRAM, item 9.6. LICÍNIO (AMM): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque Licínio AMM. Destaque Dr. Carlos. Item 9.7 Odomires Mendes de Paula / Tangará Country Club - Complexos Turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos - Uberlândia/MG - PA/Nº 07826/2004/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 9.8 Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba - COOPADAP - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento, comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins, torrefação e moagem de grãos - São Gotardo/MG - PA/Nº 07642/2005/003/2013 - Classe 3.



Apresentação: Supram TMAP. Passamos agora ao Item **10. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:**

10.1 Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Patrocínio/MG - PA/Nº 03451/2001/004/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 10.2 Usina Vale do Tijuco Açúcar e Alcool S.A - Fabricação e refinação de açúcar, destilação de Alcool, produção de energia termoeletrica e posto de abastecimento - Uberaba/MG - PA/Nº 02327/2007/009/2014 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. Item 10.3 Silvia Fernandes de Resende / Fazenda Quintinos II - Suinocultura (crescimento e terminação) - Indianópolis/MG - PA/Nº 05397/2006/005/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP.

Passamos então ao Item **11. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de**

Instalação: Item 11.1 Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido - minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento - Serra do Salitre/MG - PA/Nº 09039/2005/003/2010 DNPM 830.373/1995 e 09039/2005/004/2012 DNPM 830.374/1995 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. Esse item parece que tem uma manifestação do Ministério Público, Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque, por favor. FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Item **12. Processo Administrativo para exame de Adendo à**

Revalidação da Licença de Operação: 12.1 Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM - Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias, inclusive metais preciosos - Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/047/2010 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item

13. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: Item 13.1 Cooperacitrus

Cooperativa de Produtores Rurais - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Araguari/MG - PA/Nº 33969/2012/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Bom, no Item **14. Circuito Tela Verde 2015. Apresentação:**

Parque Estadual do Pau Furado. Nós voltamos a esse item ao final da reunião. Vamos fazer a votação em bloco dos processos que nós não tivemos destaque. Vou pedir ao pessoal para me auxiliar aqui, os que não tiveram destaques, nós temos o item 7.3; item 8.1; item 9.2, 9.4; 9.5 é processo da Madreflora Indústria e Comércio; 9.7 Odomires Mendes de Paula; 9.8 Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba; item 10.1 Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda; 10.2 esse item juntamente com o item 8.1 foi aquele que eu fiz uma observação que nós faríamos uma inversão na votação, mas nenhum dos dois recebeu destaque, a gente vai votar eles então em bloco; 10.3 e finalmente o item 13.1 Cooperacitrus Cooperativa dos Produtores Rurais. Então, indicados os itens a gente passa à votação dos mesmos em bloco e aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, abstenham-se ou se manifeste. ELAINE (FAEMG): Presidente, eu quero me abster do 10.3 porque eu fiz a defesa do Auto de Infração. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, registrada a abstenção da Sra. Eliane, é isso? ELAINE (FAEMG): Elaine. RICARDO (PRESIDENTE): Elaine, me desculpe. Está distante aqui eu não consegui ver. Então, abstenção da Sra Elaine no item 10.3 Silvia Fernandes Resende. Bom, posto isso então, os itens já referenciados estão aprovados. Vamos passar para o item 5.1 Genésio Carvalho Diniz, nós temos destaque nesse processo inicialmente do Rodrigo do CREA. Pois não, Rodrigo. RODRIGO (CREA): Equipe SUPRAM, com relação à Condicionante 11: Apresentação do PTRF, acrescentar acompanhado da ART? ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Concordo. RODRIGO (CREA): Ok. RICARDO (PRESIDENTE): Ok? Item 5.1 a gente destaque ainda do Licínio da AMM.



LICÍNIO (AMM): Sr. Presidente, com relação aos resíduos sólidos e sanitários, à página 12 do Parecer, antes do item ponto 2 tem uma frase: *“O efluente líquido gerado pelos operários, durante a execução da obra, será o esgoto sanitário, que deverão ser depositados em banheiros químicos, fornecidos por empresa regularizada”*. A minha sugestão, não que esteja certo, mas é um procedimento que a gente adota muito lá na região central, na SUPRAM Central, é anexar ao processo a empresa devidamente qualificada para tal, para instalação dos banheiros. Fui claro ou não? ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Concordo. LICÍNIO (AMM): Ok, esse é um. Um segundo, na página 13, primeiro parágrafo: *“os resíduos domésticos serão segregados, sendo os recicláveis destinados a empresa recicladora e os demais destinados a coleta realizada pela Prefeitura de Monte Alegre de Minas”*. Tem sido também um procedimento nosso na região central de Belo Horizonte, até para aliviar ações que as Prefeituras tem sofrido. Na lei 12305 preconiza uma inter-relação entre o empresário e a Prefeitura. Ai eu lhes pergunto: a Prefeitura de Monte Alegre de Minas tem competência para receber esses resíduos? Ela opera com lixão a céu aberto? Aterro Sanitário? Aterro Controlado? Essa tem sido uma manifestação do Ministério Público com relação a 186 cidades na região metropolitana de Belo Horizonte. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Licínio, como o senhor deve saber, foi prorrogado a questão do aterro sanitário para os Municípios de 50.000 habitantes. LICÍNIO (AMM): Ainda não foi prorrogado. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Foi. Aterro sanitário, senão todos teriam que ser autuados. Eu sei que a Federal prorrogou um prazo para os Municípios se adequarem e ter o aterro sanitário. No caso do Estado de Minas Gerais, o aterro controlado, no caso Monte Alegre de Minas, ele consta da DN até o número de habitantes do Município de Monte Alegre. LICÍNIO (AMM): Qual a população do Município de Monte Alegre? Aquém de 20.000 habitantes por que não fazer uma parceria da Autarquia Pública Municipal com os usuários diversos, que não seja doméstico, para a instalação desse aterro, para a instalação de uma usina de triagem de compostagem, resolveria o problema regional. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): 19.619 habitantes. LICÍNIO (AMM): Então está aquém de 20.000. A SUPRAM, minto, a FEAM através do Gerente de Resíduos, o Francisco Fonseca, ele nos permite disseminar por onde nós passamos essa prática que tem sido já bem sinalizada no interior de Minas Gerais, sobretudo na região Central. As instalações de UTC's podem ser feitas em parcerias com os empresários que fazer uso daquela terra. Penalizador não é quem manda para o local errado, penalizador é a Prefeitura que recebe indevido aquele resíduo. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Justo. Quem está respondendo segundo o Estado. LICÍNIO (AMM): Sim. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Então, se quiser fazer uma Condicionante ou se ele propor, que seja feito o que o senhor está pedindo e seja votado, porque a gente segue a DN, no caso o Sr. Francisco Pinto, o Gerente de Saneamento realmente tem a questão de Consórcio dos Municípios que está sendo estudado pela FEAM junto com Gerência de Saneamento. LICÍNIO (AMM): Ok. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): A gente tem essa, junto com ele, até entrou em contato anteriormente. Agora, isso está sendo feito, não é saia de uma vez, os Municípios tem que entrar. Agora, se o senhor quiser propor uma Condicionante, a gente fica. LICÍNIO (AMM): Não vai haver necessidade, é só para alertá-los para um futuro próximo. E finalmente aqui nas Condicionantes, a 03: *“Substituir o sistema de recepção de esgoto sanitário, instalado na casa do colono, por fossa séptica, devidamente dimensionada pelo número de usuários, e sumidouro, de acordo com as normas técnicas. Na formalização da LO”*. Veja bem, tem a LI, vou gastar um tempo, 01 ano, 02 anos, 03 anos, eu não sei qual o prazo previsto aqui de validade dessa LP e LI, nesse intervalo de tempo o esgoto está sendo destinado de maneira ainda incorreta. Então, por que como se trata de um procedimento barato a meu ver, não sei da questão financeira do empreendedor, por que não já dar um prazo aí previsto ao longo da LP e LI, a instalação da fossa e do sumidouro sanitário? ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Na



verdade, o que tem hoje instalado não é uma fossa negra, o empreendedor comentou lá um sistema com brita diferenciado, só que eu comentei com ele e disse que nós adotamos a fossa séptica, em função da garantia da sua qualidade, mas eu não vejo problema nesse caso de nós estipularmos uma data, um prazo. LICÍNIO (AMM): São questões de dias, 120 dias, 190 dias não tem problema. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Ok, exato. Eu concordo, não vejo problema. LICÍNIO (AMM): Ok, muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): A gente tem destaque ainda nesse item do Cláudio, do CODEMA. Pois não, Cláudio. CLÁUDIO (CODEMA): Presidente, é só a título de esclarecimento. A destinação final dos resíduos nas lagoas, que não ficou claro. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Desculpa. Eu acho que ela vai ser utilizada em pastagem, acho que está descrito sim. Só um minutinho que vou verificar se foi escrito. RICARDO (PRESIDENTE): Ana Cláudia da SUPRAM está localizando. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Sr. Conselheiro, página 13, último parágrafo, diz o seguinte: *“Os dejetos suínos, com taxa de geração de 11 litros por animal por dia, serão conduzidos para 03 lagoas de estabilização, impermeabilizadas com manta de Polietileno de Alta Densidade - PEAD de 0,8 mm, com capacidade de retenção de 3.089,23 m³ cada. Após a estabilização, os dejetos serão utilizados em fertirrigação numa área de 93 ha de pastagem”*. Certo? RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Ana Cláudia pelo esclarecimento. Vamos colocar em votação então o Parecer da SUPRAM com as observações feitas. Aos que concordam com o Parecer do item 5.1 permaneçam como estão, se abstenham, se manifestem. Item aprovado. Item 5.2 Jerônimo Gonçalves de Jesus e Outro, temos o destaque nesse item do CREA, Rodrigo, pois não. RODRIGO (CREA): Equipe SUPRAM, é com relação a Condicionante 03: *“Comprovar a construção de uma nova composteira destinada ao tratamento de aves”*. Essa construção, por ser uma obra, não teria que ter uma ART de um profissional habilitado? JULIANA (SUPRAM): Concordo com adicionar ART. RODRIGO (CREA): Ok. RICARDO (PRESIDENTE): Ok em adicionar a ART do responsável. O destaque também no item 5.2 do Sr. Licínio da AMM. LICÍNIO (AMM): Sr. Presidente, na página 09 do Parecer *“as embalagens dos medicamentos, vacinas e demais insumos utilizados no manejo dos animais, os mesmos deverão ser armazenados temporariamente em tambores, em local adequado e encaminhados para empresa integradora para destinação ambientalmente correta”*. Por que já não solicitar, na LO, talvez seja o procedimento de vocês, qual essa empresa que vai receber os resíduos, sacos, bombonas com produto químico? O empreendedor apresentar previamente para vocês. RODRIGO (SUPRAM): No caso dessas avinoculturas, ovinoculturas a empresa integradora desse processo, que no caso é a BRF, ela faz o recolhimento de todas as propriedades e a empresa contratada por ela já dá essa destinação final de todos os integrados. Então, a gente considera que já está adequado. LICÍNIO (AMM): Eu não tinha o conhecimento do procedimento de vocês. Está ok. Eu vou um pouquinho mais adiante, efluentes líquidos, ainda na página 09 do Parecer, 2º parágrafo: *“Quanto ao esgoto doméstico ainda são adotadas fossas negras na propriedade, assim o empreendedor deverá comprovar a desativação das fossas negras existentes e a implementação das fossas sépticas conforme projeto apresentado nos estudos ambientais”*. Ai eu vejo um desacerto com o Parecer anterior, 5.1 e 5.2, no primeiro eu sinalizei para os senhores, houve um acordo aí, 90 dias de prazo; aqui vocês colocam 180 dias de prazo, é muito tempo para permanecer o empreendedor lançando os dejetos no local indevido. Então, a minha sugestão para apreço do Conselho e de vocês técnicos é de reduzir esse prazo para ficar pelo menos similar ao primeiro processo, 5.1, 90 dias aproximadamente. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Licínio, assim espero que venha o período chuvoso, estamos começando o período chuvoso, eu não sei, Engenharia Civil hoje, para construir, se ele vai conseguir construir em 90 dias ou 60. O projeto ele consegue fazer, agora estou falando da execução, a gente colocar em 30 ou 60 dias, a Engenharia consegue desde que o tempo continue, espero que chova, não fique seco, porque



nós estamos precisando de água, mas se vier o período chuvoso a gente corre o risco, por isso que o prazo foi um pouco mais prolongado, mas eu concordo com senhor, é possível fazer sim, a Engenharia consegue fazer em 90 dias. LICÍNIO (AMM): São 03 buracos de 1,80 a princípio. É uma Engenharia bem simplória aí. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): É, hoje as fossas vem até dimensionadas, prontas já, só que quando ele vai fazer a estrutura se tiver muita chuva ele não vai conseguir dar a compactação necessária. Então, o senhor poderia falar, se for 90 dias a gente concorda. LICÍNIO (AMM): Não, eu sou novato aqui, estou aprendendo com os senhores, é porque o procedimento do 5.1 foi um, vocês não mencionaram o prazo e no 5.2 a meu ver 180 é muito longo. Já que optamos por 90 dias no primeiro empreendimento, 5.1, vamos colocar no 5.2 90 dias também, suscetível de uma troca de data em função de circunstâncias e intempéries. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Está ok Dr. Licínio, concordamos. LICÍNIO (AMM): Ok, obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado Licínio. Nesse item ainda, o 5.2, a gente tem destaque do CODEMA. CLÁUDIO (CODEMA): Já está esclarecido. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, com as sugestões feitas e acatadas pela SUPRAM, pelo Licínio, vamos colocar em votação o item 5.2. Então, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, se abstenham ou se manifestem. Item aprovado. Item 5.3 Narci Camilo de Souza, destaque também do Licínio da AMM. LICÍNIO (AMM): Sr. Presidente, em função dos itens 5.1 e 5.2 terem sido acordados com a SUPRAM, o 5.3 eu ia também comentar a respeito das embalagens, já foi mencionado pelo técnico e no Anexo I, Condicionante 4 coincidiu 90 dias. Então, faltou em um, excesso em um e de acordo com 90 dias nesse daqui. Foi interessante, nós regularizamos o 5.1, 5.2 e 5.3 com prazo adequado de 90 dias. Está ok? Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Dr. Licínio propondo então uniformizar a ação em todos os processos. LICÍNIO (AMM): Então, equalizamos uma data só para todos. RICARDO (PRESIDENTE): Foi feita a padronização dos prazos para construção das fossas, da destinação das embalagens dos itens 5.1, 5.2 e 5.3. Destaque no 5.3 do Rodrigo. RODRIGO (CREA): Equipe SUPRAM, com relação ao item 1: *“Apresentar comprovação do fechamento do desvio parcial de curso d’água ou formalização de processo de outorga”*, não teria que ter uma ART do responsável por esse fechamento ou pelo processo de outorga? ANA LUIZA (SUPRAM): No processo de outorga, na formalização da LP já vem com uma ART, a gente não recebe processo sem ART. Agora, do fechamento é só um relatório fotográfico e eu entendo que não precisa de ART. Ele vai fechar o desvio de curso d’água. RODRIGO (CREA): Bom, ok, concordo. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Rodrigo. Vamos colocar em votação o item 5.3, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Item 5.4 Hivonélio de Almeida Gaio, nesse item destaque também do CREA, Rodrigo. RODRIGO (CREA): Com relação às Condicionantes, a primeira: *“Apresentar relatório de destinação dos resíduos sólidos gerados”*, tem também meio que lincada à Condicionante 2 e 4 com relação a construção da estrutura de compostagem, instalação dos sistemas de efluentes. Talvez o mesmo profissional que está fazendo essas obras possa estar fazendo essas fotos e anotar tudo numa ART só, ligando tudo, gostaria de fazer essa proposta. RODRIGO (SUPRAM): Concordo. RODRIGO (CREA): Ok. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, obrigado. Então, com a observação feita pelo CREA através do Rodrigo e aceita pela SUPRAM, vamos botar em votação o item 5.4, aos que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Item 5.4 aprovado. Vamos passar para o item 6. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação, o item 6.1 Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A, nós temos destaque da SUPRAM, temos destaque da CERVIVO, do Frei Rodrigo, da PGJ e do Major da Polícia Militar e a gente tem uma série de inscrições aqui dos empreendedores. Eu vou abrir a palavra então para a SUPRAM, vou iniciar pela SUPRAM e a partir daí vai passando, se houver necessidade de algum esclarecimento pelo empreendedor a pedido dos Conselheiros a gente



vai organizando. Então, destaque da SUPRAM. JOÃO (SUPRAM): A gente queria fazer uma alteração no Parecer, porque quando fala, senão me engano no item 13 Cumprimentos de Condicionantes da LP, a Condicionante 11 da LP está escrito no Parecer que ele seria autuado, mas o empreendimento não vai ser autuado porque ele não foi notificado formalmente sobre essa inclusão após o processo de LP. Do mesmo modo, essa Condicionante foi re-Condicionada nesse Parecer de LI e a gente só vai alterar o prazo dela, é a Condicionante 04: *“Apresentar Programa de Biomonitoramento da Flora que avalie os efeitos das emissões atmosféricas com referência ao Flúor na área do entorno do empreendimento”*. O prazo dela de cumprimento está 60 dias, a gente quer alterar isso para 180 dias. A gente quer adicionar uma nova Condicionante, de nº 17 com a seguinte redação: *“Apresentar comprovação de cumprimento da compensação ambiental de acordo com a Lei 9985/2000 e inciso VI, parágrafo 1 do Decreto Estadual 45175/2009 e o prazo é a formalização da LO”*. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, com as observações feitas pela SUPRAM eu vou abrir a palavra inicialmente ao Antônio da CERVIVO para fazer o seu destaque. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu queria falar aqui a questão dos resíduos sólidos, até no dia que a gente esteve reunido com eles acabei esquecendo e não tratando desse assunto. Bom, na destinação final aqui fala que vai levar para o aterro de Patos de Minas e alguns resíduos vai fazer parceria com aterro controlado de Serra do Salitre. Eu não sei se esse aterro é controlado não. A minha proposta, o Prefeito de Patrocínio está aqui, que a Comarca de Patrocínio nenhum dos Municípios está regularizado em relação a isso, eu acho que nesse sentido a Comarca ou os Municípios diretamente impactados eu acho que deveriam fazer essa Parceria é na construção de um aterro sanitário mesmo. Então, eu me esqueci na última reunião eu a gente teve de estar falando isso, eu acho que o Dr. Lucas está aqui, ele vai falar. Eu gostaria que ele abordasse também essa questão, porque é o maior Município e que está reunindo com esse pessoal, criar um consórcio e talvez tanto a Vale quanto a Galvani ser parceira de um projeto aí para resolver isso aí na própria Comarca, que são os Municípios diretamente envolvidos. A outra questão é uma questão de Legislação e tudo, mas é questão da Compensação, isso é um pedido nosso quando foi da LP ainda, está escrito na Ata quando foi aprovada a LP, dessa compensação ficar no Alto Paranaíba, nos Municípios diretamente afetados e era uma proposta da gente de colocar isso junto à RPPN, ali bem perto do Município vizinho na verdade, mas perto do empreendimento que era a criação do Parque e isso acaba que não acontece porque não temos essa Unidade de Conservação, esse Parque criado de acordo com a Legislação, mas eu acho que depois o Dr. Lucas vai pronunciar com relação a isso, da gente arrumar um jeito dessa compensação fique ali, nós já somos muito carentes de Parques. A Prefeitura inclusive propõe de desapropriar perto dessa RPPN, que são quase 300 hectares de Mata muito bem preservada. Está lá a Lagoa de Chapadão de Ferro que tombou 500 metros em volta dessa lagoa e que hoje o pessoal não está respeitando isso, eu acho que seria uma oportunidade, se tivesse esse recurso para que isso se concretizasse lá. Então, acho que depois o Dr. Lucas, ele está inscrito aí, ele pode estar falando mais sobre isso, interesse do Município de estar ajudando, assim como o SETAS (Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social), a questão da destinação dos animais silvestres do empreendimento. Bom, essa questão dos resíduos sólidos acho que a gente poderia, aqui fala de parcerias, eu não olhei direito a questão das Condicionantes, mas que às vezes uma parceria com esses Municípios seria ideal ali, porque o impacto está sendo todo naquela região. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): A questão do consórcio a gente já comentou, o Dr. Licínio pode até vir complementar melhor que eu. Dr. Ricardo Lima, queria dar as boas-vindas, Secretário de Meio Ambiente de Uberaba, então, Patrocínio, na verdade é uma das poucas cidades acima de 100.000 habitantes que não tem aterro sanitário, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Então, a questão de Serra do Salitre, se dá como



controlado no Minas Sem Lixão, ele é fiscalizado pela FEAM. Então, se ele não tiver como aterro controlado, Dr. Licínio que me corrija, ele é autuado. Então, se ele não tiver obedecendo as condições mínimas de um aterro controlado, que o aterro controlado não é licenciado, mas se ele não tiver a FEAM autua e dá um prazo para ele adequar. A questão do consórcio é que o Estado vem buscando realmente para suprir essas deficiências, está ok? A questão da compensação, Dr. Antônio Geraldo, a gente manda para CPB, o Conselho pode propor uma moção ou ir lá na reunião da CPB quando for votado para compensação e propor na reunião uma moção que seja incluída e a CPB, no caso não é a SUPRAM, é o Conselho de Proteção à Biodiversidade, na reunião de compensação, que define a questão da compensação e para aonde é que vai, está ok? Então é só isso que eu teria a falar para o senhor. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Com relação a isso, a reunião, fui informado pela empresa que foi votado e nem a empresa ficou sabendo disso, só soube agora recentemente, mas a questão também é que a Prefeitura, inclusive Dr. Lucas pode falar isso, foi até recomendada pelo Ministério Público Federal para acompanhar esse processo, por isso ele está aqui e vai acompanhar de perto essa questão dessas compensações ambientais. RICARDO (PRESIDENTE): Sim, estão me informando que o Prefeito está presente. Desculpa, eu não sei o nome do senhor, pode se manifestar, Prefeito de Patrocínio. LUCAS (PREFEITO DE PATROCÍNIO): Bom dia a todos. Primeiro só uma correção, Patrocínio não tem mais de 100.000, nós estamos com 88.000. Nós somos um dos pouquíssimos que não tem aterro sanitário, mas nós não somos dos acima de 100.000 habitantes que não tem aterro sanitário. Realmente, eu queria reforçar as palavras do Sr. Antônio Geraldo, fomos instados pelo Ministério Público Federal recentemente a estar presente aqui e junto também à CPB que esses investimentos que tanto a Galvani que no caso está em pauta, como a Vale que vai vir aqui num processo de relicenciamento, que esses processos fossem feitos na nossa região. E Patrocínio carece realmente, tanto na questão de aterro sanitário, que temos uma dificuldade enorme e somos uma região e um local próprio para que se faça um consórcio e lá se faça um aterro consorciado com os Municípios vizinhos. Temos inclusive áreas passíveis e próprias para se fazer isso e além disso temos também unidades passíveis de se transformar em Unidade de Conservação, que ainda não são, mas que poderão vir a ser Unidades de Conservação, perfeitamente ajustadas dentro da Lei. O que nos falta talvez seja só documentação e o processo de realmente transformá-las em Unidades de Conservação. E gostaríamos que todos esses recursos, senão todos uma parte desses pudessem ser investidos tanto no aterro sanitário de Patrocínio consorciado com Municípios vizinhos, bem como nas Unidades de Conservação que o Município poderia dispor para que a gente fizesse esse investimento lá. Além disso, como o Sr. Antônio Geraldo citou também, nós temos uma dificuldade muito grande nessa questão, nós temos dois problemas na verdade, nós sabemos do SETAS que está para ser instalado em algum Município da região e acreditamos que Patrocínio pode ser isso, até mesmo porque em recente contato com o Diretor da Fundação Educacional, Patrocínio tem um campus muito bom, muito bem montado, com um curso de Medicina Veterinária recém implantado, o que poderia ajudar na parceria para criar desse SETAS lá, bem como uma inspiração antiga nossa e eu gostaria de propor isso para que a gente levasse à própria SUPRAM, o próprio COPAM levasse isso à CPB, a criação de um centro de zoonose regional, consorciado também com os outros Municípios, que é um problema muito sério em Patrocínio e nas cidades vizinhas também. Então, eu gostaria de deixar essa solicitação nossa, agradecer a oportunidade de estarmos aqui nos manifestando e colocar para vocês essa intensa e importante necessidade de que esse investimento, corroborando com o que o Sr. Antônio Geraldo falou, do investimento ficar nas áreas afetadas e Patrocínio está 100% não só disponível para que isso aconteça como a partir de agora, instados que fomos, acompanhando esse processo de par em passo, esperamos que o COPAM



637 possa fazer essa recomendação à Câmara Técnica de Proteção à Biodiversidade, para que a
638 gente possa acompanhar e destinar uma parte desses recursos, haja vista que uma parte ou
639 pelos menos quase toda já foi destinada para outro Município, que não tem nada de área
640 afetada por esse empreendimento e gostaríamos muito que esse investimento ou parte dele
641 pudesse ser investido na nossa cidade e na nossa região. Meu muito obrigado. RICARDO
642 (PRESIDENTE): Obrigado Lucas, eu acho que essa questão pode ser discutida no local
643 competente, que é a Câmara de compensação, juntamente com o representante do Conselho, o
644 Prefeito do Município e algum representante da empresa, nada mais justo o pleito, o pedido.
645 Então, isso deve ser conduzido à Câmara competente. Eu não tenho aqui comigo a inscrição
646 do Dr. Ricardo, mas em consideração ao pedido, eu vou abrir a palavra para ele que é
647 Secretário de Meio Ambiente do Município de Uberaba. Pois não Ricardo. RICARDO
648 (SECRETÁRIO MEIO AMBIENTE DE UBERABA): Bom dia a todos e a todas. Bom, meu
649 nome foi citado aqui pelo José Roberto, por dois motivos; primeiro por ser especialista na
650 área e depois porque minha família é de Patrocínio. Lucas, inclusive é meu primo, então, a
651 gente tem um carinho especial lá por Patrocínio. Bom, por diversas vezes o Lucas me chamou
652 como especialista para poder para ele diretrizes, Patrocínio tem vários problemas com relação
653 a destinação final de resíduos, o aterro sanitário deles, que é um aterro que era lixão, eles
654 fizeram algumas remediações, algumas muito mal feitas e o Lucas vem lutando com muita
655 dificuldade. Um dos fatores preponderantes para que esse aterro não tenha condições de
656 remediações só, condições de recuperação e até se transformar em aterro sanitário é a
657 proximidade ao Aeroporto. Então, ele é muito próximo ao Aeroporto de Patrocínio, então,
658 esse é um dificultador e também praticamente o território inteiro de Patrocínio fica
659 comprometido com essa área de segurança aeroportuária, então esse é um detalhe, mas a
660 gente entende que o trabalho do Lucas, formiguinha, vem trazendo muito resultado, como por
661 exemplo, a organização dos catadores. A política nacional de resíduos sólidos, ao contrário do
662 que muita gente pensa, ela não reforça Unidades de Tratamento e Compostagem, as UTC's,
663 ela reforça exatamente a coleta seletiva, a organização dos catadores e a compostagem a partir
664 de produtores de orgânicos limpos como restaurantes, hotéis, enfim, como está sendo feito em
665 Uberaba, como está sendo feito em Curitiba, como está sendo feito em Campinas, então,
666 Minas Gerais está nessa contramão, a UTC ela retira o catador do cenário, faz uma
667 compostagem de matéria orgânica muito misturada, nem sempre você consegue fazer, por
668 exemplo, Curitiba acabou com a UTC deles, Campinas acabou com a UTC deles, Uberaba
669 acabou com a UTC, que era uma Usina Trigais, então, nós temos que pensar antes de
670 estabelecer o critério das UTC's. Evidentemente, porque a gente não pode descartar uma
671 tecnologia que a gente tem em mãos, mas então, eu reforço que, as UTC's no local aonde nós
672 temos catadores, elas não podem ou não devem ser aplicadas, então, esse é o primeiro item
673 para deixar reforçado. Eu gostaria então de dizer a vocês que Patrocínio tem muita dificuldade
674 de conseguir financiamento, aliás, todos nós, não foi fácil, nós temos meia dúzia de aterros
675 pelo Estado, por quê? Não adianta Lei obrigando a fazer aterro sanitário sem recurso, sem
676 possibilidade de se fazer isso, põe-se a faca no pescoço de uma Prefeitura que muitas vezes
677 ela não tem condição de fazer isso. Então, nós temos que atrelar isso às formas que a gente
678 tem de financiamento, aí sim é possível que uma Prefeitura tenha condições de fazer isso. Nós
679 estamos agora então, em crise econômica porque fizemos um plano econômico de aceleração
680 do crescimento e agora nós vamos ter que diminuir essa velocidade de crescimento no País,
681 então, nós temos que entender e interpretar isso. Em relação à discussão, vai aumentar o prazo
682 para que os Municípios possam se reorganizar, isso está muito polêmico no Conselho
683 Nacional do Meio Ambiente, isso está muito polêmico no Governo Federal, ainda não tem um
684 caminho certo de que isso vai acontecer, parece que sim, mas está muito dividido essa
685 questão, porque muita gente acha que já foi dado o prazo suficiente para todo mundo se



adequar. Então, a gente está seguindo isso de perto, no final eu tenho a inscrição aí para falar, Presidente, no final eu tenho aí minha inscrição para falar pelo CONAMA sobre as Resoluções e o que ocorreu em Brasília nessa semana e a gente vai trazer isso. Apenas aqui para ser solidário ao Lucas e se os Bancos e a Sociedade não conseguem financiar um aterro é preciso que os empreendedores que precisam da destinação final adequada na região de Patrocínio principalmente, para ter viabilidade econômica a sua destinação adequada, que ajudem o Município de Patrocínio a encontrar esse caminho, juntamente com o pessoal da ANAC para a gente descobrir um local adequado e que seja razoável para que Patrocínio cumpra e cumpra bem seu papel, o Prefeito tem feito o máximo que ele pode para resolver essa questão. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Ricardo. Nós temos aqui nesse item da 6.1 destaque também do Frei Rodrigo, pois não. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu queria um esclarecimento em relação às medidas de prevenção e emergência a acidentes com a possibilidade de danos ambientais. Me parece que não tem muita coisa aqui e independente de haver Comunidade à jusante ou não, tem lagoa, tem barragem, acho que depois do que a gente está vivendo aí a gente fica meio preocupado. Gostaria de saber como que isso está sendo tratado. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Frei Rodrigo, é uma indústria, a questão da indústria vai Estudo de Análise de Riscos, ele apresentou esse estudo de risco conforme a Norma exigida, hoje tem a P4261 da CETESB. Então, ele cumpre a análise de risco em relação às emissões, é uma indústria de fosfato, ela é praticamente como comparativamente com a Vale de Uberaba. Então, a gente tem no caso o Estudo de Análise de Risco para não acontecer as emissões para o Município ou para moradores que estão ali na região de Serra do Salitre no meio rural. Então, a gente acompanhou Estudo de Análise de Risco e não no caso que o senhor falou seria a Mineração, seria outro processo, o que a gente está julgando aqui seria da Indústria. Então, é da Indústria do Fosfato, ela está dentro do Complexo da Mineração. FREI RODRIGO (AMEDI): Ah, pois não, fica para o próximo então. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, obrigado. FREI RODRIGO (AMEDI): Porque aqui tem 03 ou 04 lagoas, me parece. JOÃO (SUPRAM): Na verdade é 01 barragem de rejeitos, 02 barragens de água limpa e 04 lagoas mais para o tratamento de efluentes. As lagoas são para tratamento de efluentes comuns, tanto de armazenagem tratado como de armazenagem bruto. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. FREI RODRIGO (AMEDI): Esclarecido. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque também da PGJ, Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): Primeiro Antônio Geraldo, essa questão dos resíduos, o Ministério Público vem trabalhando essa questão há vários anos, vou até aqui invocar o testemunho do Prefeito Rui Ramos, nós estamos fomentando os Municípios a se consorciarem e a darem destinação final. Foi apresentada na última reunião da AMVALE (Associação dos Municípios Micro Região Vale do Rio Grande de Uberaba - MG a Minuta de TAC, nós já assinamos com algumas Prefeituras do Pontal, estamos em eminência de assinar com Rilis e com Sidis e quadro ambiental. Então, é um processo, como bem disse o Secretário Ricardo Lima, que precisa ser entendido na sua complexidade, ninguém faz obra do porte de aterro sanitário sem recurso e é evidente que o momento em que nós estamos vivendo eu não posso chegar para qualquer Prefeito ou Prefeita, como foi, usar a expressão do próprio Secretário, colocar uma faca no pescoço e dizer olha ou faz ou enfim. Eu tive essa fala lá com os Prefeitos na AMVALE e vou repeti-la aqui, nós estamos acompanhando os Prefeitos e dentro de todas as necessidades eles tem caminhado, não na velocidade que nós queremos, mas tem caminhado. Então, podem ficar despreocupados e tanto eu como o Dr. Breno lá em Patrocínio, já há inquérito instaurado lá em Patrocínio para essa finalidade, ou seja, adequação dos resíduos sólidos, como há inquéritos em todas as Comarcas do Estado para essa finalidade. Isso é um trabalho que vem sendo feito já há anos, então, esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, nós precisamos entender o caráter legal da compensação do SNUC. A compensação do SNUC é um dinheiro



carimbado, está previsto na Lei 9985/2000 e ela se presta exclusiva para o Sistema Nacional das Unidades de Conservação, daí porque o SNUC. A questão da RPPN não há possibilidade de se aportar recursos do SNUC porque é uma Unidade Privada, RPPN é uma Reserva Particular do Patrimônio Nacional. Bom, como que nós fazemos para receber na nossa região os valores do SNUC? Nós temos que ter Unidades de Conservação regularizadas, a única que nós temos atualmente é o Parque do Pau Furado. Então, há já a possibilidade de receber e a forma de disciplinar essa destinação dos recursos, como foi dito pelo Presidente Dr. Ricardo, está previsto num Decreto e está previsto numa Normativa e esses valores são aplicados através do POA que é o Plano Operativo Anual, então, por exemplo, especificamente eu estava vendo com o Rodrigo antes da reunião, o SNUC de um outro empreendimento que está em votação, 1% é destinado para regularização fundiária, ou seja, para que o Estado pague os proprietários que são afetados o outro é para estruturação, o outro é para compra de equipamento, então, ou seja, já existe toda uma metodologia para aplicação desse recurso e um dos pontos preponderantes é que o recurso seja aplicado na área de influência direta do empreendimento. Então é o que eu digo, acho que o nosso papel aqui é exigir do Estado, a exemplo do que nós já estamos fazendo, talvez de uma forma mais intensa, a criação de novas Unidades de Conservação, preferencialmente de Proteção Integral, porque o Triângulo e o Alto Paranaíba carecem e aí sim quando essas Unidades de Conservação estiverem implantadas nós podemos reivindicar essa questão do SNUC. Agora a questão da APP, só para não deixá-lo sem resposta, porque diz diretamente a atuação do Ministério Público, sugiro, você já tem uma boa relação com o Dr. Breno, que o procure para que ele possa tratar da ocupação indevida da lagoa que você mencionou. Muito bem, eram esses os esclarecimentos, mas eu queria agora dois esclarecimentos da equipe técnica, o primeiro é com relação a questão do IEPHA e do IPHAN e o segundo é a questão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, como que encaminharíamos isso, com uma recomendação, com uma Condicionante? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Carlos, a questão do IPHAN no caso de Mineração, como é um Complexo, ali é um pátio de Minérios, toda área já foi autorizada pelo IPHAN nas Licenças anteriores da Mineração. Então, essa área que a Indústria está pretendendo fazer a instalação ela já tem o IPHAN, no caso do IEPHA aí seria de ver com o senhor a questão das cavernas que se fossem áreas cársticas ou se quiser colocar como Condicionante, fazer como encaminhamento. Na fase de LP e LI foi a CECAV (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas), na fase de Mineração ela já foi debatida. Mas se o senhor quiser, a caverna mais próxima está a 70 km. CARLOS VALERA (PGJ): Como eu disse em outra reunião quando esse assunto reverberou, não tem sentido submeter o empreendimento a duas situações, se o Órgão Federal já se manifestou, obviamente não tem sentido submetê-lo ao Órgão Estadual. O Órgão Estadual em se insurgindo ao Órgão Federal, que traga a informação para o Licenciamento, se está previsto ele pode fazê-lo a qualquer momento. E aí, José Roberto, eu vou é te devolver a preocupação, porque nós temos a Deliberação CONEPE 007/2014, mas diante da sua informação que está distante a 70 km, eu pergunto a vocês técnicos se há necessidade ou não? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Aí eu vou responder ao Dr. Carlos, a questão é que no curso de espeleologia, que no caso nós temos 03 que fizeram os cursos, a Nayara, o Anderson e eu. Então, a gente fez o curso, quando há cavernas num raio de 250 metros há necessidade de fazer o encaminhamento e aí sim fazer o estudo mesmo sobre o impacto sobre essa caverna, se existe a caverna. Em 70 km pela metodologia que a gente viu no curso eles não pedem. Então, nesse caso aí não haveria a necessidade, agora, se caso o senhor queira colocar também está à disposição. CARLOS VALERA (PGJ): Não, não tem porque aumentar um ônus para o empreendedor se a equipe técnica está segura com relação ao Patrimônio Histórico e Cultural. E para finalizar, então, eu queria como que nós vamos encaminhar a questão do Auto de Vistoria do Corpo de



Bombeiros? JOÃO (SUPRAM): Dr. Carlos, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros foi condicionado, a Condicionante nº 02 desse Parecer Único: *“Apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros que contemple toda área da planta química, inclusive toda área de expansão comum à área de tratamento de minerais e a planta química. E o prazo dele é na formalização da Licença de Operação”*. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Só para fazer mais uma colocação, porque que nesse caso foi colocado, como o senhor falou, em alguns casos estão mandando ofício. A equipe técnica, como essa é uma empresa de Indústria Química, que no meu entender, como Engenheiro Químico, o plano de análise de estudo de risco e programa de gerenciamento de risco é muito mais eficiente em termos de controle, para não ocorrer o acidente. O AVCB vai ter medidas, se ocorrer ele tem instalados os extintores, ou “springers” ou no caso todo o sistema lá para apagar o incêndio, mas no caso do estudo de análise de risco é para não acontecer, porque uma indústria química quando acontece aí já é previsto na análise de risco, como lá é uma área que está distante da cidade, não vai ter perdas humanas como ocorreu em Cubatão e outros casos. Como a gente vê às vezes tem o AVCB e uma pizzaria põe 10, 20, 30 botijões de gás numa área confinada e destrói um quarteirão, então, não adiantou nada o AVCB. Nesse caso, a gente colocou porque acha que precisa da Indústria Química ali ter o AVCB. Portanto, nós estamos mandando por ofício, nesse caso nós entendemos que tem que ter além do Estudo de Análise de Risco também o AVCB. CARLOS VALERA (PGJ): Bom, diante dos esclarecimentos da equipe técnica me dou por satisfeito e agradeço. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Dr. Carlos. Destaque também da Polícia Militar, pois não Major. MAJOR ANDRÉ MÁRCIO (POLÍCIA AMBIENTAL): Analisando o Parecer do qual elogia a equipe da SUPRAM pelo trabalho, mas verificamos que os impactos referentes ao trânsito rodoviário principalmente na MG-230 vai ser muito grande. Uma perspectiva, uma projeção até 2022 de 70% de aumento e principalmente de caminhões. Inclusive eu conversei com o representante do empreendedor a respeito e as medidas mitigadoras colocadas, elas em nenhum momento contemplaram aí o trabalho de prevenção de fiscalização pela Polícia Rodoviária. Foi estabelecida aqui a criação do Trevo de acesso à planta química e eu entendo e acho, e coloco aqui para o Conselho a necessidade da gente trabalhar com o empreendedor, eu queria até se possível ouvir o empreendedor nesse sentido, de se buscar uma forma, não é o caso de Condicionante, mas um estabelecimento de um convênio ou de uma parceira a longo prazo no sentido de melhorar o trabalho que deve ser feito pela Polícia Rodoviária Estadual em função do aumento significativo dos veículos pesados que estarão rodando naquela rodovia. Há que se destacar, inclusive aqui no Parecer, que essa rodovia MG-230 ela também é rota dos ônibus da Prefeitura que faz o deslocamento com estudantes, então, são vidas que estarão ali transitando com maior risco de sofrerem acidentes e o trabalho principal que a gente sabe que dá resultado não é simplesmente a parte estrutural da via, mas o trabalho de fiscalização, de prevenção e isso é através da Polícia Rodoviária que faz esse trabalho. Então, o que eu queria é justamente ouvir uma sinalização do empreendedor nesse sentido e também saber qual seria a medida que a gente poderia estabelecer no Parecer para que houvesse um compromisso nesse sentido aí, não agora, mas a longo prazo, a médio prazo na verdade, 07 anos que seria o maior fluxo de veículos para que pudesse então ter uma medida que mitigasse aí a possibilidade de acidentes naquele local. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Bom as inscrições aqui com destaque dos nossos Conselheiros já terminaram. Antônio, o senhor quer fazer alguma consideração. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu fui citado pelo Dr. Carlos aqui. Eu só queria esclarecer que a minha sugestão aqui, a questão da RPPN já foi concretizada, a compra da terra sim, então, a sugestão é que como essas mineradoras estão aí, a questão é até dos aterros também; a minha sugestão é que essas mineradoras naquele local que sejam parceiras dessas Prefeituras, para que resolva uma questão que eles vão precisar. Agora, com relação à RPPN é uma área muito



boa, eu não sei como está o processo ainda, mas a gente acompanhou muito de perto o processo. Agora, a gente queria é que as compensações ficassem do lado lá que existem mais áreas para isso. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, Antônio. Eu tenho certeza que as Prefeituras da região vão ter as portas abertas com o empreendedor, não há dúvida disso, para discutir o que for melhor para a região. Eu vou abrir a palavra agora ao empreendedor, nós temos inscritos aqui para falar pela Galvani, 09 pessoas, então, eu vou deixar à vontade, talvez nem todos se manifestem e vou passar a palavra agora ao Sr. Lucimar. LUCIMAR (GALVANI): Bom dia a todos. Respondendo ao Major, ontem de fato nós estivemos conversando com ele lá no quartel e a empresa preocupa sim, assim como a Polícia, quanto as questões de segurança tanto interno quanto externo, é uma preocupação muito forte isso e com certeza essa parceria a gente vai fazer com vocês, junto com o próprio DER a gente está buscando algumas melhorias até para a própria estrada, porque de fato ela é perigosa. Então, com certeza a gente vai conversar bastante e a gente procura você nesse meio período para desenvolver uma parceira. No nosso plano de controle ambiental já existe um plano relacionado a esse assunto, então a gente vai contar um pouco mais com a sua contribuição. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Lucimar. Mais alguma manifestação pelo empreendedor, nós temos inscritos aqui a Ana Luiza Ribeiro, Lucimar que acabou de se manifestar, Odínésio, Ana Raquel, Lúcia, Elizabete, Elias, Michele. LUCIMAR (GALVANI): Não, não. Está ok, está esclarecido, está tranquilo. RICARDO (PRESIDENTE): Está ok então, com todas as observações feitas, as colocações, vamos colocar em votação então o item 6.1 – Galvani Indústria e Comércio S.A., aos que concordam com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão, se manifestem ou se abstenham. Item aprovado, item 6.1 aprovado. Vamos passar então ao item 7 - Processos Administrativos para exame da Licença de Operação e 7.1 Soma Ambiental Ltda, nós temos destaque nesse item do CREA, Rodrigo. RODRIGO (CREA): Equipe SUPRAM, com relação à Condicionante 5 onde fala: “*Atestado de regularidade ambiental e capacidade técnica*”, não seria necessário um responsável técnico e a devida ART para estar elaborando esse atestado? Não seria mais ou menos um laudo? Eu gostaria de um esclarecimento. JOÃO (SUPRAM): A equipe concorda sim em colocar a ART de um profissional capacitado. RODRIGO (CREA): Ok. RICARDO (PRESIDENTE): Ok? Vamos botar em votação o item 7.1 – Soma Ambiental Ltda, aos que concordam com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. No item 7.2 - Valério Espíndula Ribeiro e Outro nós temos um destaque da SUPRAM. DAIANE (SUPRAM): É só uma correção, na página 07 do Parecer, no item 8 do Controle Processual, último parágrafo, onde lê-se: a autuação foi feita de forma correta, porém na hora da escrita que ficou errada, então o número do auto de infração está correto e o tipo da infração foi descumprimento da Condicionante nº 03. RICARDO (PRESIDENTE): Nesse item tem destaque também do CREA. RODRIGO (CREA): Equipe SUPRAM, o item da Condicionante 04 sobre relatório fotográfico, também a necessidade da ART. RODRIGO (SUPRAM): Concordo com a inclusão. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, obrigado, vamos colocar em votação o item 7.2, aos que concordam com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos para o item 9.3 são Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva – LOC, no item 9.3 - Indústria Cerâmica Minas Ltda-EPP, nós temos destaque aqui da AMM, Sr. Licínio, pois não. LICÍNIO (AMM): Refere-se a Condicionante 01: “Comprovar através de relatório fotográfico a instalação dos banheiros químicos”. Em se tratando de uma LOC o empreendedor ao longo da atividade dele lançou os dejetos de maneira indevida e vocês dão aqui um prazo de 60 dias, eu acho que em se tratando de banheiro químico poderia ser de imediato a instalação. Ai não tem nenhuma obra civil que impeça que seja de imediato. EMANUELI (SUPRAM): Bom, na ocasião da vistoria nós realmente detectamos que não havia banheiro convencional e nem mesmo químico. O prazo de



60 dias foi colocado para apresentação da comprovação e tem outro ponto a ser levado em consideração que nesse época de novembro, acho que até fevereiro ou março, senão me engano, a mina entra em, a atividade dela é paralisada por conta do período chuvoso, que não permite a extração do Taguá. LICÍNIO (AMM): Está bom, ok. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, obrigado. Nesse item 9.3 temos a inscrição do empreendedor, Sr. Fernando Antônio. Pois não. Parece que não vai ter necessidade da manifestação. Então, vamos colocar em votação o item 9.3, aos que concordam com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão, se abstenham ou se manifestem. Item aprovado. Item 9.6 - NAQ Global Fertilizantes Ltda, nesse item nós temos um destaque da SUPRAM, pois não. RICARDO (SUPRAM): Bom dia. Tem algumas correções, onde se lê NAQ Global Fertilizantes Ltda o correto é NAQ Global Química Fertilizantes Ltda. Na página 04 outra correçãozinha, onde está descrito que são 02 tanques decantadores na verdade são 12 e no Anexo I onde você tem as Condicionantes, a primeira Condicionante referente às emissões atmosféricas, depois da palavra “conforme” Deliberação Normativa COPAM 187/2013, considerar os parâmetros material particulados e não a NOX/SOX. Só para esclarecimento levantando a dúvida do Dr. Carlos, do MP, a empresa possui o AVCB, a gente apresentou o documento antes da reunião. São esses os destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Feitas as observações da SUPRAM, do item 9.6, tem destaque da PGJ, Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): Eu observo que é um empreendimento Classe 6, então eu queria fazer a proposta da inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Tem destaque também nesse item da AMM, Dr. Licínio. LICÍNIO (AMM): Página 07 por favor, efluentes líquidos, eu sugiro aqui uma troca de uma palavra: “*Atualmente todos efluentes são tratados em uma ETE*”, como tem uma estação de tratamento de esgoto à parte: “*Atualmente os efluentes industriais apenas são tratados em uma ETE*”. Os outros tem o sanitário a parte. RICARDO (SUPRAM): Especificar os industriais. Ok. LICÍNIO (AMM): Ok. Esse é um. Condicionantes 01 e 03: “Apresentar laudo de emissões atmosféricas coletada na chaminé da caldeira”, está anualmente, primeira medição 30 e 60 dias para ter um ponto de partida, senão fica em aberto. RICARDO (SUPRAM): A decisão desse prazo é porque foi apresentado os laudos e a caldeira é nova, a gente esteve lá empreendimento, observamos o funcionamento, ela é movida a óleo vegetal e os laudos apresentam muito abaixo até chegando nos limites de detecção. LICÍNIO (AMM): Então já houve a elaboração de laudos? RICARDO (SUPRAM): Já houve laudos. LICÍNIO (AMM): Então esses 30 dias, 60 dias eu retiro. A frequência anual. Mas vamos para o 03: “*Apresentar análise de efluentes coletados na entrada e saída do sistema de tratamento de esgoto*”, ok anualmente, aí eu coloco a primeira medição, já teve uma primeira medição para servir de parâmetro? RICARDO (SUPRAM): Não, de esgoto não teve. LICÍNIO (AMM): Então a primeira em 30 dias e 60 dias para servir de ponto de partida. Anualmente pode fazer daqui a 12 meses, eu faço uma agora com frequência anual. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Licínio, a empresa tem 15 funcionários, esse tempo da fossa séptica eu não sei se seria um tempo necessário para ter. LICÍNIO (AMM): Seis meses o mínimo. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Para ter uma atividade ou ele ter uma condição de apresentar uma eficiência da fossa séptica. LICÍNIO (AMM): Ok, mas vejam bem, por isso o meu questionamento, é uma LOC, em tratando de uma LOC eu entendo que já funciona a algum tempo. Se for alguém de 06 meses, então dentro de 06 meses; se funciona a mais de 06 meses pode ser de imediato, 30 ou 60 dias apresentar o primeiro laudo, para vocês terem um ponto de partida, senão fica só anualmente, ah só em 12 meses que vão fazer. Então, ponto de partida, daqui a 90 dias, 60 dias, a partir de então frequência anual. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Concordo com Dr. Licínio que seja um prazo de 90 dias. LICÍNIO (AMM): Ok, sem problema, está bom. RICARDO (PRESIDENTE): Ok então, com as observações feitas pelo Licínio e acatadas pela SUPRAM



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

nós vamos botar em votação primeiro o Parecer e na sequência o pedido de Condicionante sugerida pelo Ministério Público. Então, vamos votar em apartado, vamos votar o Parecer inicialmente. Então, os concordam com o Parecer emitido pela SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado, item 9.6 aprovado. Eu coloco em votação agora para o Conselho a Condicionante sugerida pelo Dr. Carlos, que é a Condicionante do SNUC, que tem o seu texto da seguinte forma: *“Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimento estipulado pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)”*. Então, colocar em votação a inclusão ou não da Condicionante do SNUC, aos que concordam com a inclusão permaneçam como estão, aos que discordam, por favor, se manifestem. ELAINE (FAEMG): Até desculpa, eu não estava presente, mas acho que nesse caso não tem o relatório de impacto ambiental aí eu sou contra a Condicionante por isso. FERNANDO RUAS (ABES): Também sou contra pelo mesmo motivo. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Então, nós temos 02 votos contrários, a maioria pela aprovação. A inclusão da Condicionante da Lei do SNUC está aprovada. Vamos então ao item 11.1, já nos Processos Administrativos para exame de Adendo à Licença de Instalação, o Item 11.1 - Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A, nós temos destaque inicialmente do Dr. Carlos, da PGJ. CARLOS VALERA (PGJ): Sr. Presidente, eu ia solicitar que o senhor colhesse os demais destaques dos Conselheiros, porque ao final eu tenho uma proposição a fazer. RICARDO (PRESIDENTE): Ah, pois não. A gente passou primeiro a palavra para o Ministério Público porque estava aqui em primeiro na ordem. Eu vou abrir a palavra então para o Frei Rodrigo AMEDI. FREI RODRIGO (AMEDI): Tem algumas perguntas que eu gostaria de esclarecimentos. A primeira diz sobre a questão da compensação, eu gostaria de saber se já se protocolou a documentação necessária lá para RPPN na região da Serra Negra? RICARDO (PRESIDENTE): O empreendedor pode fazer esses esclarecimentos para o Conselho? Pois não, Lucimar. LUCIMAR (GALVANI): O processo ainda não foi formalizado. FREI RODRIGO (AMEDI): A outra questão é se vai ter um aumento de quota, se isso vai ter que passar no Comitê do Alto Paranaíba, lá no PN1, se já foi feito, como que vai ser isso? LUCIMAR (GALVANI): O aumento de quota da Barragem do Jacú que está sendo proposto, é uma Barragem de Travessia, no caso a quota de alagamento continua no mesmo nível licenciado na instalação que é 9,62, então, consequentemente foi passado a outorga, nós temos a outorga de travessia para esse processo e no futuro quando a gente entrar com processo de aumento do barramento para inundação, vai ser passado para o Comitê de Bacias sim e a gente já está até negociando com o pessoal do Comitê e com o pessoal do IGAM a respeito do assunto. FREI RODRIGO (AMEDI): Agora eu queria repropor a pergunta que eu fiz no momento errado, que é aquela sobre a questão do programa de emergência, de como vai conter em casos de desastre ou vazamento, para onde corre isso? Independente que seja dano humano e etc, se tem um plano? Se Barragem hoje em dia pode pelo menos se prever para onde vai? Porque pelo que a gente viu, claro que são volumes completamente diferentes, mas eu acho que fica uma dúvida e a gente como representante da Sociedade Civil a cobrança é enorme. DINÉSIO FRANCO (CONSULTORIA GALVANI): Ok. Frei Rodrigo. Eu sou o responsável pelo Projeto das Barragens da Galvani, sou Engenheiro Civil especializado na área de geotecnia. É claro que nesse momento, curto prazo, nós tivemos alguns eventos infelizes como lá no Canadá, Mont Polen, e agora em Mariana nós tivemos outro evento. É claro, isso já era uma preocupação, agora muito mais. Entendo que todo mundo deseja esclarecimentos e deseja saber como se faz ou como se fez. É claro que esses momentos infelizes servem para a gente crescer sobre o aspecto técnico, sobre o aspecto de legislação, mas de qualquer forma não elimina de jeito nenhum ou não anula a



possibilidade outros problemas. No caso, o Plano de Segurança, Frei Rodrigo, é elaborado depois que a Barragem, que a estrutura, mesmo que não seja uma Barragem, depois que a estrutura está pronta, porque não adianta elaborar o Plano de Segurança para uma estrutura ainda em projeto ou ainda em construção, porque aí estaria fazendo algo em cima de uma hipótese. Então, a Lei 12.334 e a Portaria 416 exigem que esse Plano de Segurança seja entregue até o momento de iniciar a operação da estrutura, ou seja, até o momento da Licença de Operação. Então, o que se tem hoje é um projeto que está sendo executado a Barragem e que todos os cuidados e as recomendações normativas estão sendo atendidas, porém, não seria oportuno fazer, ter agora antes que a Barragem seja construída o Plano de Emergência. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu compreendo, mas eu tenho uma dificuldade prática, eu acho muito difícil depois que a Barragem esteja pronta que a gente consiga impedir que ela funcione. Essa é a realidade. DINÉSIO FRANCO (CONSULTORIA GALVANI): Sem dúvida. FREI RODRIGO (AMEDI): Se foi feito investimento, se já foi feito tudo, já executou a Barragem, não há argumento que vai fazer com que essa Barragem não funcione. Não há força política e nem técnica, porque o técnico passa pela decisão política que somos nós aqui ou outras instâncias. Entendeu? Eu acho que pelo menos já deveria se começar a apresentar, eu acho que nós temos condições diferentes hoje. Eu vi sua palestra sobre esses desastres, sobre rompimento de Barragens, explicando que algumas eram pilhas, mas eu vejo uma necessidade da gente mudar alguns procedimentos, porque se torna impossível. Ninguém vai fazer um investimento alto para depois falar a análise, algumas coisas podem ser previstas e outra não, aí sim, elas podem ser corrigidas e adequadas no momento, porque o Plano vai indicar talvez algumas obras que seriam necessárias para serem feitas ou sejam para evitar que aconteça o sinistro ou para que evite que aquela massa se desloque em algumas direções com outras obras de Engenharia. Então, eu não sei como que seria isso. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Primeiro a gente tem que ter a sensibilidade com o que aconteceu lá em Mariana, que o Frei Rodrigo falou, é um ser humano, quem perdeu a vida não volta mais, não tem dinheiro que cubra isso. A questão de técnica é justamente, respeitando o ente da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiro, então, quando eu vejo um Corpo de Bombeiro ir numa Barragem e pedir para fazer alguma coisa, não é especialista, nós temos que ter respeito, pediria o apoio do CREA e do DNPM, para que eles acompanhem a Fiscalização de quem está mexendo em Barragem, por quê? Porque eu tenho conhecimento, tem que ser Engenheiro de Minas com Geotecnia ou Engenheiro Civil com Geotecnia. Então, se forem outros profissionais pode sim causar um problema, então mexer e fazer coloca uma barreira de concreto, não vai adiantar nada, pode ser que ela esteja por baixo tendo um rompimento. Então, concordo com tudo o que o senhor falou, que seria até uma mudança de legislação. O Professor Dinésio é até melhor para falar que eu que a questão de antes do Plano de Barragem que ele apresentasse um estudo de risco da Barragem, no mínimo. Então, gostaria de ouvi-lo nesse ponto. DINÉSIO FRANCO (CONSULTORIA GALVANI): Frei Rodrigo, entendo plenamente e isso mesmo, se faz uma Barragem para objetivo de energia elétrica ela é um investimento que o proprietário vai vender energia, se é para água da mesma forma, no caso de Mineração é um custo, agora é um custo que é feito exatamente objetivando a segurança, ou seja, o que está pretendendo é a segurança. O que se faz, é claro que se um dia mudar por algum motivo, mas hoje se faz os estudos necessários, se faz um projeto, durante esse projeto analisa-se os riscos do projeto, ou seja, esse o projeto apresenta fragilidades naquilo e naquilo. Depois se constrói a estrutura, no momento que se termina de construir a estrutura, a gente faz o relatório do como construído, porque nem sempre o que está no projeto é aquilo que realizou. Então, o plano de segurança tem que ser feito realmente em cima daquilo que é real, daquilo que está lá. Então, a gente faz o projeto da Barragem em tais e tais circunstâncias e faz o Plano de Emergência, aí determina-se uma faixa que vai ser afetada, ou seja, a gente simula. Existe uma parte “*Dam-breake*” ou



ruptura de Barragem, a gente considera que ela rompe, determina, define, simula uma área onde ela será afetada. Isso tudo feito depois dela pronta, depois segue-se os monitoramentos e etc, e que hoje já estão em Norma; Norma 13028. Então, quer dizer, enquanto se está fazendo o projeto o máximo que se pode garantir é que ele está sendo feito de acordo com as Normas que são recomendadas e que existem. Não que isso possa dar garantia do projeto, depois tem que se dar a garantia. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Até aproveitando o Frei Rodrigo, que também é Engenheiro Civil, eu acabei lendo muito sobre isso, sou Engenheiro Químico, não entendo de Barragem nada. Então, o que eu li são Normas, então a Norma de Engenharia Civil aqui no Brasil pede o monitoramento de 05 a 10 anos, enquanto que no Canadá são 100 anos, nos Estados Unidos é eterno, você tem que fazer monitoramento até o fim da vida da Barragem ou até que a empresa exista ou até depois que ela para. Então, isso é uma questão que a gente poderia levantar, que foi muito bem levantada pelo Frei Rodrigo, e ver junto com o Conselho de Engenharia e junto à ABNT, que essas Normas sejam revistas, porque a gente não pode simplesmente com Normas de 79, Normas de 78, que eu já era nascido, mas que são Normas antigas. Então, quer dizer, a gente tem que revisar essas Normas e chegar realmente a ter mais segurança. Então, realmente eu gostaria de ter o apoio do Conselho de Engenharia junto a ABNT, junto ao Conselho de Normas Técnicas. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado José Roberto. Eu vou passar a palavra para o Conselheiro que está me pedindo, pois não. GERVÂNIO (FETAEMG): Olha, para a gente estar votando isso aqui, uma instalação de licença, a gente sabe que são Leis, são técnicas, são Normas, mas para nós Conselheiros estarmos autorizando essa instalação, igual o companheiro aqui falou, depois dela pronta como que faz. A gente tinha que ter no mínimo um estudo apresentado para que se possa acontecer, é claro que a gente não quer isso aconteça, mas se acontecer próximo a essas áreas para onde isso vai escorrer, como que vai acontecer? Isso vai ter muitos trabalhadores ali, pequenos produtores que vão ser atingidos com isso, como a gente tem exemplos. É claro que a Legislação a gente não vai mudar ela aqui, mas a gente tem que ter pelo menos um posicionamento de como será esse plano de emergência, se caso isso vier a acontecer, porque depois que ela estiver construída infelizmente não tem como. O que você fizer, se pedir faça mais, a gente tem que ter no mínimo uma noção para a gente estar liberando essa autorização aqui. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, Gervânio. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Frei Rodrigo, eu estou conversando como Professor Dinésio, a questão que justamente até o Amilton falou comigo, a questão do Projeto, ele está dizendo, pode até falar agora no microfone, a questão de análise do Projeto, que se Engenheiro errar projeto ele tem que voltar para Engenharia, que é Ciências Exatas, então, se ele errar um projeto ele tem que voltar ou ser preso. Agora, a questão da execução do projeto é que ele estava me falando, ele falou o que? Que na execução nem sempre executa de acordo com Projeto, se houver uma execução que não seja de acordo com Projeto, se ele fizer o Plano de Segurança da Barragem no projeto vai ser 100%, que a gente aprende na Faculdade, quer dizer, na Faculdade é 100%, mundo ideal e o mundo não é ideal, então, no mundo prático pode acontecer e eu gostaria de ouvir o Professor Dinésio essa explicação. DINÉSIO FRANCO (CONSULTORIA GALVANI): Vamos dizer, essas garantias estão no projeto, o projeto é analisado sobre os aspectos, riscos, existe no projeto o manual de operação, no projeto a gente faz simulação de “*Dam-breake*”, ruptura que poderia haver, mas todos os procedimentos são baseados no maciço ou na estrutura teórica, da mesma coisa que se fosse um prédio. Quando se faz um prédio a gente analisa condição do vento, todas as condições necessárias para garantir a estabilidade do prédio, depois do prédio pronto ou da estrutura qualquer que seja aí se faz o plano, porém, dentro do projeto todos os procedimentos recomendados pela NBR 13028 que é a Norma da ABNT que regula isso e além disso todos os procedimentos técnicos, da experiência do projetista foram feitos. Em



termos do projeto não temos o que fazer mais, as garantias estão dadas. Agora resta, depois de pronta a obra, voltar a garantir isso através do Plano de Segurança e Emergência como é chamado e posteriormente através do monitoramento que é feito em toda estrutura similar. FREI RODRIGO (AMEDI): Acho que tem aqui duas dimensões; tem a dimensão técnica e tem a dimensão social. Na medida que você faz esse plano, mesmo que depois ele vai ser refeito já dá à sociedade capacidade de entender o que está sendo implantado ali e qual é o risco que existe, isso é importantíssimo porque não basta só o nosso licenciamento aqui eu acho que a gente está vendo que as responsabilidades são muito mais amplas quando um acidente acontece, ela atinge um série de atividades econômicas inclusive, não só a natureza e o ser humano. Então, eu acho que à medida que isso vai sendo colocado e isso é a função da colegialidade da decisão, quando você coloca isso você dá oportunidade à sociedade, aqueles que normalmente serão afetados e etc, e dizer o seguinte, eu não quero isso ou eu quero de outra forma. Que isso vá para frente vai depender de uma série de conformações, mas eu acho que nós temos que caminhar para outras atitudes e eu acho que o momento é esse. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Frei Rodrigo, nós não temos mais nenhum destaque nesse item. Eu vou passar a palavra ao empreendedor e depois ao Dr. Carlos, como foi pedido para um último esclarecimento. Eu vou pedir que observe o prazo regimental da discussão. Muito obrigado. LUCIMAR (GALVANI): Ok, obrigado. Só para a gente esclarecer um pouco mais, eu acho que é importante deixar claro para todo mundo que o que está sendo votado nesse Parecer é um adendo onde vai ser feito um loteamento da Barragem. A Barragem em si, a Barragem do Jacú já foi licenciada, foi feito todos os estudos de análises de riscos da época que foi feito o licenciamento, foi feito o estudo locacional das Barragens, quais os riscos podem acontecer, caso algum acidente o melhor local para instalar. Ocorreu na época a Audiência Pública na época da instalação da Barragem também. Hoje, assim, que sei de toda comoção que existe frente ao acidente, todos nós estamos preocupados com isso, com certeza, a gente tem que pensar que o que está sendo instalado aqui nesse momento é o alteamento da Barragem, no momento só para fazer uma travessia de correia, o barramento mesmo continua conforme foi licenciado e conforme foram feitos todos os estudos de risco no momento do licenciamento. Então, assim, só para esclarecer, a análise de risco está conforme todas as Normas estabelecidas pela ABNT e pela própria Norma de Construção de Barragem. Então, assim, deixando claro para todos vocês e qualquer esclarecimento a gente está aqui para fazer. RICARDO (PRESIDENTE): Eu vou passar a palavra ao Frei Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Só um detalhe. RICARDO (PRESIDENTE): Eu vou só aproveitar a colocação do empreendedor para fazer uma colocação também. Bom, se a Barragem já está instalada já existe o Plano de Emergência? LUCIMAR (GALVANI): A Barragem tem a Licença de Instalação. Então, ela está em fase de instalação. RICARDO (PRESIDENTE): Sil, porque nós estamos falando de um alteamento. Frei Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu acho que a questão o que seria por si só já válida, a comoção, porque é um sentimento humano importante, que nasci das dificuldades de erros técnicos que estavam demonstrados que não aconteceriam. Eu acho, como foi dito aqui, nenhum projeto de Engenharia, apesar de que acontece, possa ter sido feito de forma dolosa para que isso acontecesse. Ninguém quer que isso aconteça, o crime existe, resta saber se é culposos ou doloso. Mas a questão é mais ampla, não é a primeira vez que a gente discute aqui, não é em função só do rompimento, mas em função das Comunidades que convivem com essa realidade. É claro que agora se tem um exemplo muito grande, nós temos exemplo aqui na nossa região que não traz um dano visual, mas é uma das últimas discussões que nós fizemos aqui, uma Barragem que vazou há 31 anos atrás e as plumas de contaminação estão aí até hoje, que é a questão da CBMM lá em Araxá. Entendeu? Não é uma questão simples, isso não vai dar mídia, mas isso dá problema de saúde, dá problema de contaminação e etc.; então é uma questão muito mais ampla.



1127 RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Frei Rodrigo. Eu vou passar a palavra ao Dr. Carlos.
1128 CARLOS VALERA (PGJ): Bom, primeiro, como o alteamento afeta como um todo, mexer
1129 com Engenharia de toda estrutura e nós temos algumas preocupações, otimizadas obviamente
1130 e infelizmente pelo que aconteceu em Mariana, salientando que o que aconteceu em Mariana
1131 nós salientamos que aconteceria em 2013. Bom, a questão do Plano de Segurança de
1132 Barragem bem como o Plano de Emergência, eu já conversei com a equipe técnica, eu e o
1133 Antônio Geraldo fomos pessoalmente ao empreendimento na última quarta-feira, tive o prazer
1134 de almoçar com o Professor Aldemiro Franco e toda equipe da Galvani, conversamos muito.
1135 Mas ainda persistem por parte do Ministério Público essas questões, Plano de Segurança de
1136 Barragem, Plano de Ação de Emergência e obviamente o Plano de Educação Ambiental que
1137 está previsto lá na 12334/2010 e um pouco na linha do que fala o Frei Rodrigo, nós também
1138 nos preocupamos porque esses planos são apresentados por ocasião da LO e isso nos
1139 preocupa. Mas, todavia, nós temos um regramento que se não é o ideal nos ajuda, que é a
1140 Deliberação Normativa COPAM 62/2002, especificamente nos Artigos 4º e 5º, então, eu
1141 quero sugerir, porque eu já conversei com a equipe técnica antes da reunião, que o processo
1142 seja baixado em diligência e que a equipe técnica se manifeste expressamente sobre a
1143 Deliberação Normativa COPAM 62/2002 e já também, a título de sugestão, embora entenda
1144 que a Legislação não exija, gostaria que a equipe nessa manifestação que vai fazer sobre a DN
1145 62/2002, também pudesse se manifestar sobre o “*Dam-breake*”, ou seja, se há ou não essa
1146 necessidade de nós condicionarmos. Então, seria essa, Sr. Presidente, a sugestão, me perdoe
1147 pedir para baixar em diligência depois da manifestação, mas eu entendo que era muito
1148 importante a manifestação para que a equipe técnica pudesse apreender qual é a preocupação
1149 do Conselho e obviamente quando esse processo voltar na próxima pauta, nós possamos ter
1150 um pouco mais de garantia e certeza. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Dr.
1151 Carlos, nós vamos acatar a sugestão e baixar o processo em diligência, acho que todos
1152 concordam, para que seja melhor esclarecida essa questão pela equipe técnica da SUPRAM.
1153 Estou tendo um positivo ali da equipe da SUPRAM. Então, o item 11.1 está baixado em
1154 diligência. Vamos então ao item 12. Processo Administrativo para exame de Adendo à
1155 Revalidação da Licença de Operação, item 12.1 tem um destaque aqui do Frei Rodrigo, da
1156 AMEDI. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu tenho uma dúvida aqui, gostaria de um
1157 esclarecimento, porque no texto diz assim, na página 04, das Condicionantes da Revalidação
1158 da LO e diz que a Condicionante foi comprida, aí fala da pluma de contaminação por Bário.
1159 Eu fui lá olhar esse documento nº: R280872/2012 e me referi novamente aquelas duas Notas
1160 Técnicas que eu apresentei anteriormente, do IGAM de 2013 e FEAM/IGAM 2015, então, a
1161 minha pergunta é a seguinte: considera-se uma Condicionante simplesmente quando se
1162 apresenta um relatório ou quando esse relatório é aprovado ou não? Porque a Norma Técnica
1163 da FEAM contesta, a de 2012 contesta e a de 2015 diz que não foi cumprido todo diálogo até
1164 aquela data e tinha sido apresentada uma outra em 2014. Então, eu fico com dificuldade de
1165 entender o seguinte, é um ato formal, simplesmente chegou lá, eu peço as notas de
1166 monitoramento e aquele laudo e fica por isso mesmo, cumpriu. Ou se faz uma análise ou se
1167 checa isso com as outras instituições do SISEMA para poder ver se realmente isso está
1168 respondendo com a realidade. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Frei Rodrigo, até o Dr. Licínio
1169 que poderia dar também esse apoio, o responsável é a GERAC, o Gerente de Monitoramento
1170 eu fui buscar é um Geógrafo, eu como Engenheiro Químico eu até conversei com ele para ele
1171 poder mandar as justificativas técnicas dessas Notas Técnicas, porque há dúvidas e ele disse
1172 que pediu o monitoramento e o que está escrito lá é diferente. Então, eu pedi para ele mandar
1173 formalmente para nós da SUPRAM uma conclusão da GERAC por profissional habilidade,
1174 porque não é simplesmente pegar e falar numa Nota Técnica condições ali que eu vou ter que
1175 conversar com o Gerente. Eu conversei com o Gerente, o Luis Antônio Martins, da GERAC,



1176 áreas contaminadas, a respeito da Nota Técnica, por que? Anteriormente essa pluma ai, quem
1177 conhece de contaminação, ela tem que parar a contaminação e você tem que monitorar a
1178 pluma. Pode ser que essa contaminação fica eterna, mas que ela fique controlada, agora isso, a
1179 gente vai ter, se possível, até que o Gerente de Monitoramento venha aqui e fale para o
1180 Conselheiro, porque no caso não somos nós aqui da SUPRAM que temos que falar, mas quem
1181 fez a Nota Técnica que venha com laudos e técnicas sobre esse assunto. FREI RODRIGO
1182 (AMEDI): A Nota Técnica, que é a que eu posso me basear até agora, porque são Notas
1183 Técnicas de duas instituições, da FEAM e do IGAM, entrou dentro do processo do Ministério
1184 Público, quer dizer, acredito que os técnicos que fizeram isso devem ter o mínimo de
1185 responsabilidade. Em cima dessa Nota Técnica eu acho que não foi cumprida essa
1186 Condicionante coisíssima nenhuma, lá dentro acredito que eles não seguem as normas da
1187 ABNT, lá diz que os pontos de monitoramento não são suficientes, lá diz que as plumas foram
1188 reduzidas em 90% e não demonstram como. Então, tem uma série de questionamentos que
1189 nos fazem indagar, baseado num documento técnico, que mostra que essa Condicionante não
1190 está cumprida. RICARDO (PRESIDENTE): Frei Rodrigo. Alguma manifestação da
1191 SUPRAM? ANA LUIZA (SUPRAM): Com relação a esse processo a gente está tratando
1192 apenas da unidade desfosforização. Foram avaliadas somente a apresentação documental, não
1193 foram avaliadas as análises que apresentaram. Como não tem ainda essa Condicionante
1194 cumprida só para a gente constar para autorização do corte das arvores isoladas. Agora, essa
1195 questão da Condicionante não cumprida, ela vai ser avaliada quando da revalidação dessa
1196 atividade. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu vou insistir. Vou dizer o que eu escuto. Quem está
1197 sendo considerado que não tem idoneidade não pode continuar com a sua atividade
1198 econômica. Se isso fosse na agricultura, seja ela pequena, média ou grande, estava interditado.
1199 Todo mundo sabe como isso funcionar, CBMM não é qualquer coisa não, por isso aquela
1200 minha discussão. Como que pode, eu fui no Comitê de Bacia, ai eu chego lá e escuto que o
1201 Presidente do Comitê de Bacia é técnico da VALE. Mas está bom. Da Câmara Técnica, tudo
1202 bem, vamos respeitar a idoneidade técnica de cada pessoa, mas existe conflitos de interesses
1203 no mínimo. Ai disseram o seguinte, todas as vezes que se levanta isso se questiona que Norma
1204 Técnica é essa? A Norma Técnica existe e ela é o documento que até o momento está
1205 balizando e foi conseguido a duras penas, porque não se respeita nesse País a legislação da
1206 transparência, se não fosse o Dr. Valera eu não teria conseguido, porque só aquilo que está na
1207 FEAM, no Certificado, no site da Internet não é suficiente. Eu pedi especificamente, eu quero
1208 a documentação que justifique que existe contaminação, a realidade é que existe
1209 contaminação e como que nós vamos continuar dando licença para quem não resolve esse
1210 problema. Ai vem, ah contaminação é muito difícil, é isso, aquilo, aquilo outro. Gente,
1211 capitalismo é uma atividade de risco ou não? Ou é a Sociedade que vai pagar? É assim que
1212 funciona, em Mineração é inegável, eu conheço, é uma atividade extremamente necessária
1213 para a Sociedade, eu reconheço, nós não estamos fazendo o discurso de gente louca, que
1214 somos contrários à Mineração, nós somos um Estado que tem essa tradição há 300 anos, mas
1215 que a gente não consegue resolver certas questões. Então, nós temos que enfrentar e eu acho
1216 que nós estamos tangenciando o problema. Inclusive, a outra discussão que eu tinha feito, que
1217 eu gosto de levantar todas as vezes é que se o *background* de bário como ficou analisado,
1218 passamos pela aquela análise de Platini de Moraes e valendo a mais atual que é de 05
1219 miligramas litros, o Ministério da Saúde nos diz que Ser Humano só tem condições de
1220 absorver me parece 02 miligramas, tem um problema para a Prefeitura de Araxá. Nós temos
1221 que discutir, se toda vez vai passando, vai passando, vai passando, então eu acho boa essa
1222 ideia de trazer a FEAM aqui para a gente questionar, mas a gente tem que se basear na
1223 documentação que existe e insistir de novo, parece que nós temos um problema na estrutura
1224 do Estado e que a PL do Governador não vai resolver. Falta uma comunicação, esse mesmo



questionamento, quando os técnicos da SUPRAM dizem “não conhecíamos essa Norma Técnica”, eu acredito, mas tem uma falha. Então, eu considero que não está cumprida e tem mais dizer que isso vai ficar para depois, tudo aqui fica para depois, esse depois nunca chega porque quando chega não tem condições de voltar atrás. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Frei Rodrigo. Nós temos inscrição aqui para falar pelo empreendedor, para falar pela CBMM, Sra Fabiana e Sr. Franklin, pois não, está aberta a palavra. FRANKLIN (CBMM): Bom dia a todos. Esse processo de adendo envolve atividades de melhoria na empresa, pequenas unidades em prol de melhorar nossas atividades, tornar mais tranquilos os nossos trabalhos. A Condicionante envolvida no questionamento do Sr. Frei Rodrigo foi devidamente cumprida, solicita uma imagem, essa imagem foi apresentada com os dispositivos de controle de monitoramento e com o desenho da pluma. Então, foi apresentado positivamente o documento. A questão da Nota Técnica, foi questionado aqui, discutimos intensamente a Nota Técnica num processo anterior, essa Nota Técnica veio ao conhecimento nosso depois daquela reunião, no qual a FEAM nos direcionada questões a serem feitas e essas questões a serem feitas nós estamos trabalhando com a FEAM. Não é um processo voltado a revalidação da Licença e nem a Licença de instalação a qual é adendo este processo. Questões de análise de uma outorga de água para remediação de área contaminada. Então, essas Condicionantes estão sendo analisadas pela FEAM, pelo IGAM, nos foram direcionadas com as Notas Técnicas, com os itens que eles querem avaliar, nós estamos trabalhando hoje, não é amanhã, fique tranquilo Frei porque não está ficando para amanhã, nós estamos em contato direto com a FEAM, com a GERAC, Gerência de Áreas Contaminadas e não tem nada envolvido com o descumprimento de Condicionante desse processo. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, vamos colocar em votação então, o item 12.1 - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, se abstenham ou se manifestem. Pois não, Frei Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Contra o Parecer, pelos motivos já expostos. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu vou acompanhar o Frei Rodrigo, mesmo porque a gente participou da outra discussão e a gente entende que não foi cumprida e não quer avaliar isso. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Antônio. IVONE (IBAMA): Vou me abster. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, com as abstenções registradas e os dois votos contrários o Parecer da SUPRAM está aprovado no item 12.1. Nós temos agora o item 14, que me foi colocado aqui na Pauta: Circuito Tela Verde 2015. Apresentação: Parque Estadual do Pau Furado. Pois não, vai ser um filme? ELIETE (PARQUE ESTADUAL PAU FURADO): Sim. Agora eu represento o Parque Estadual Pau Furado e estou aqui para convidar todo mundo a ficar 10 minutinhos bem tranquilos com a gente, são os vídeos do Circuito Tela Verde, que o Ministério do Meio Ambiente liberou para o Brasil inteiro e eles falam desde a destinação final de resíduos, setor hidrelétrico, comunidades tradicionais. Então, são cerca de 03 a 04 horas de vídeos, ao final que quiser pode pedir para o meu e-mail o link que a gente vai compartilhar para todos, quem quiser, para alguém trabalho ou quiser mesmo, eles são bem interessantes. Vamos ter aqui 03 curtas e um pequeno vídeo. Agora, lembrando a todos também que o Parque Estadual está aqui em Uberlândia, entretanto nós também temos mais uma Unidade de Conservação no Triângulo Mineiro que é o Refúgio da Vida Silvestre da Bacia do Rio Tijucu e da Prata, então nós temos duas unidades aqui. E lembrando também que o Parque está aberto para pesquisas e visitação. Todas as informações vocês vão encontrar no nosso blog que é pau Furado.blogspot.com.br. Obrigada pela atenção e podem começar os vídeos. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu gostaria de me desculpar, mas eu tenho um voo para daqui a pouquinho para Belo Horizonte, eu tenho uma reunião e eu não posso ficar, mas não é por questão de desinteresse e nem por achar que não é importante. Inclusive acho que é bastante importante o que vocês fazem e gostaria do link, pode contar



comigo. ELIETE (PARQUE ESTADUAL PAU FURADO): O meu e-mail consta no próprio blog, eu sou eliete.vilarinho. Só me mandar e-mail que eu passo o link. FREI RODRIGO (AMEDI): Ok, obrigado. CARLOS VALERA (PGJ): Eliete, mesma coisa. Só fazendo uma correção, o Recanto da Vida Silvestre não está adequado, por isso que não tem possibilidade de receber recursos do SNUC. Nós já temos uma ação judicial que tramita em face do Estado e do IEF na Vara da Fazenda Pública da Capital pedindo a regularização. E também, se você me permitir, eu tenho viagem marcada, vou te pedir licença e me retirar. ELIETE (PARQUE ESTADUAL PAU FURADO): Permitido. **15. Encerramento:** RICARDO (PRESIDENTE): Bom gente, está aí o convite da Eliete para participar e ver o vídeo do Parque Estadual do Pau Furado e com isso eu declaro encerrada a nossa reunião de hoje. Muito obrigado e tenham um bom dia a todos. “Apresentação de vídeos”. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 13 de novembro de 2015.

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO (presidente suplente)